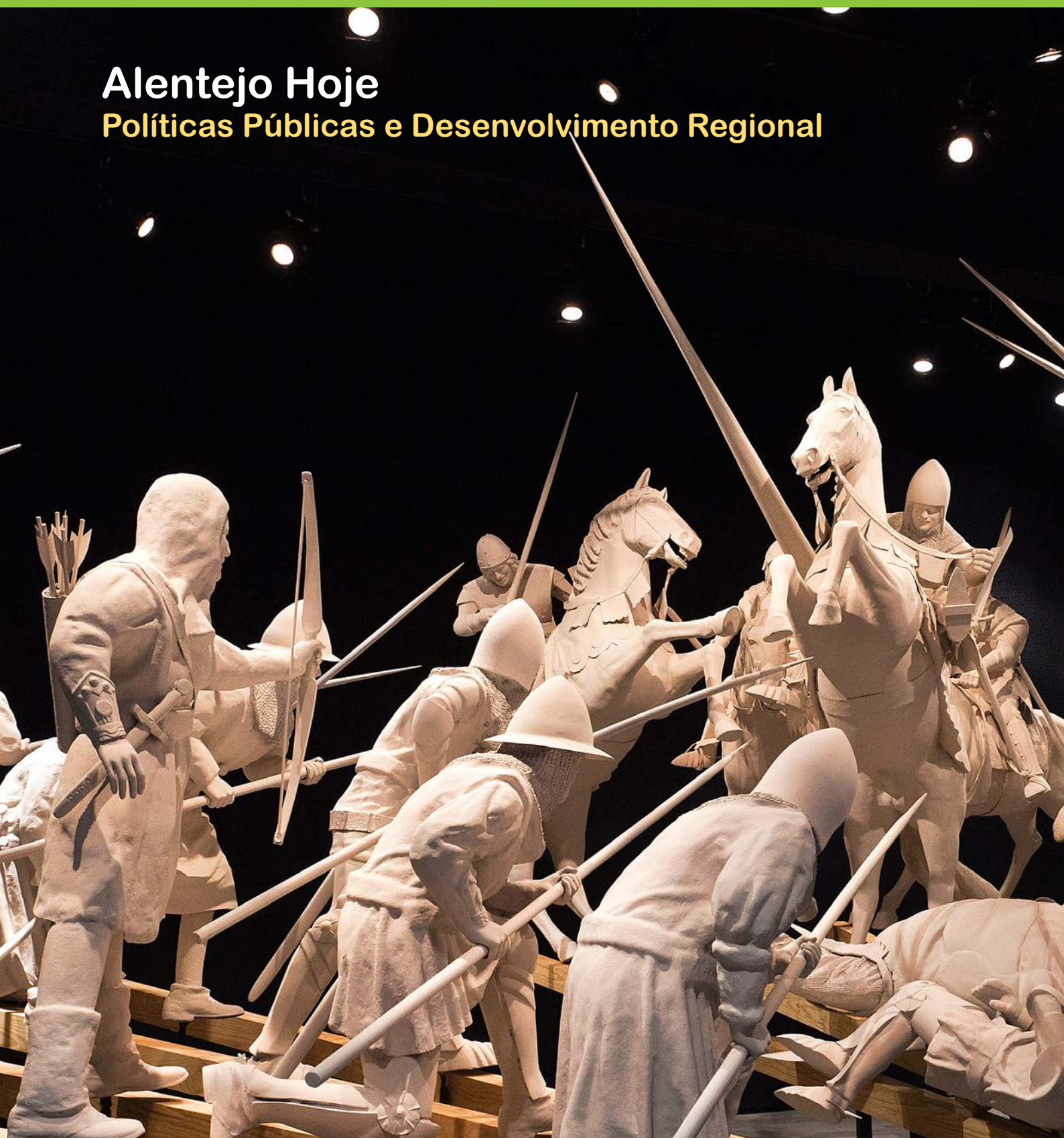


Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

António Dieb

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Divisão de Informação e Informática

Colaboraram neste número:

Amável Candeias
Fátima Bacharel
Francisco Sabino
Joaquim Fialho
Luís Castilho
Maria do Carmo Ricardo
Teresa Godinho

Tiragem: 300 ex.

Edição: Setembro 2012

Índice

3

Nota de Abertura

4

Conjuntura Regional

6

Projecto Ulysses

13

A Estratégia Europeia Marítima do Atlântico e o Forum do Atlântico

18

Evolução do Alentejo relativamente ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

24

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Resultados em 30-09-2012

28

Programa Operacional Regional INALENTEJO
Investimentos em destaque

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Alqueva



Nota de Abertura

A presente edição do Boletim «Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional» insere-se na lógica de dar continuidade à publicitação de informação relevante sobre a região e, tendo em conta as atribuições desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, contribuir para a promoção do território.

No âmbito da **conjuntura regional** há a realçar a evolução positiva das actividades turísticas, nomeadamente no acréscimo do número de dormidas, que, mesmo considerando que se trata de um período em que a sazonalidade é favorável a esta evolução, este comportamento num contexto de crise assume uma importância relevante.

Também é de salientar a evolução positiva dos indicadores ligados à construção civil, dado o efeito de arrastamento que esta tem relativamente a outras actividades. Apesar da população desempregada e inscrita nos Centros de Emprego da região continuar a crescer, verificou-se que, neste trimestre, no Alentejo, a taxa de desemprego decresceu, face ao trimestre anterior, tendo beneficiado certamente da evolução positiva das actividades referenciadas.

A integração de Portugal e Espanha no espaço económico e político europeu contribuiu para a dinamização de políticas que visam a atenuação do efeito de fronteira o que significa a abertura de um campo de oportunidades no âmbito da **cooperação entre os territórios fronteiriços**. Este fenómeno é comum ao espaço europeu e neste contexto de promoção do desenvolvimento das áreas transfronteiriças europeias têm surgido projectos e programas europeus nos quais o Alentejo se orgulha de ser um participante activo. O projecto ULYSSES é um projecto experimental e inovador, apoiado por 18 das fronteiras europeias e com incidência nas zonas transfronteiriças, que visa o planeamento do desenvolvimento descentralizado do espaço transfronteiriço através da utilização dos resultados de pesquisa aplicada do ESPON.

Sendo Portugal um país do espaço europeu, tem de ter bem presentes as prioridades políticas da União Europeia para os próximos anos, pelo que uma **política marítima integrada**, poderá adoptar estratégias que tenham em conta uma visão global e holística do oceano que ao mesmo tempo preserve a especificidade associada às bacias marítimas e às regiões costeiras que as envolvem. Neste contexto, considerando a vasta costa atlântica do nosso país, a Estratégia Marítima da União Europeia para a área do Oceano Atlântico constitui para Portugal e para o Alentejo um instrumento da maior importância. Trata-se de uma estratégia que consiste no aproveitamento da dimensão marítima de Portugal, que tem como fundamento a definição de políticas que permitam a dinamização das actividades ligadas ao Mar, fortalecendo a «economia azul», o que para uma região como o Alentejo, com cerca de 200 kms de costa, merece especial atenção e acompanhamento. No sentido de valorizar regionalmente esta iniciativa, é apresentado neste boletim este tema, designadamente «a estratégia europeia marítima do atlântico

e o fórum do atlântico». Pretende-se ainda divulgar a lista de projectos propostos por esta CCDD, para serem executados no âmbito da estratégia atlântica, estando ainda aberto o espaço para recolha de informação, propostas, ideias estruturantes ou sugestões, a todos que as queiram dar.

O **Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)** é um indicador que permite a monitorização das dinâmicas territoriais, suportada na tripla dimensão, social, económica e ambiental. A contextualização do Alentejo e das suas sub-regiões no país em termos de coesão territorial é sempre uma referência que deve informar as nossas opções de desenvolvimento regional. Assinale-se que ao nível da coesão o Alentejo situa-se nos valores médios nacionais e na qualidade ambiental fica muito próximo dos mesmos, sendo que os níveis da competitividade se revelam como os mais desfavoráveis para a região.

A execução do Programa Operacional do Alentejo apresenta uma variação no valor do fundo comunitário executado, face ao trimestre anterior, de 14,5%, sendo que o montante do fundo aprovado se aproxima dos 750 milhões de euros, o que representa cerca de 86% da dotação do fundo para a região. Se se tiver em conta a repartição do fundo aprovado pelos eixos prioritários, é o da coesão local e urbana que assume o lugar de destaque, seguido do da competitividade, inovação e conhecimento. Como exemplos de investimentos na região são apresentadas três operações, sendo uma delas integrada no regulamento da **Reabilitação Urbana**, outra no **Sistema de Incentivos à Inovação** e a terceira no âmbito da **Promoção da Cultura científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento**, localizadas nos concelhos de Fronteira, Avis e Grândola, respectivamente.

Uma nota final sobre o período que se avizinha de preparação do novo ciclo de fundos comunitários para o Alentejo.

No actual contexto da estratégia EUROPA 2020, as prioridades políticas da União Europeia, previstas na visão estratégica estabelecida no seu documento Europa 2020, assentam na promoção de um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo. Estes fins serão avaliados em função de objectivos temáticos a nível da UE, que os Estados-Membros deverão assumir como objectivos nacionais, tendo como referências metas para o emprego, investimento em I&D, redução da taxa de abandono escolar, aumento de diplomados com ensino superior, redução da pobreza e cumprimento de objectivos bem definidos no âmbito do clima/energia. Estas orientações estratégicas e outras mais precisas que vierem a ser definidas a nível nacional, constituir-se-ão como os referenciais para a preparação do próximo ciclo dos fundos comunitários no Alentejo, o que passará necessariamente por uma ampla participação dos parceiros regionais e que esperamos iniciar a curto prazo ■

António Dieb

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Conjuntura Regional

A actual crise do país tem incidências muito significativas em muitos sectores de actividade e tem pouco a ver com as anteriores crises económicas de ciclo curto. Estamos perante uma profunda crise económica e financeira, global, aberta e continuada, que devido a estas características adquire um carácter complexo. Esta complexidade também se deve ao facto da nossa economia real estar dependente do sucesso cooperativo das políticas internacionais, nomeadamente americana, europeia e chinesa e do seu contributo para a recuperação económica mundial.

Este contexto de crise em que o país está mergulhado obriga-nos a estar mais atentos à evolução de alguns indicadores, nomeadamente no âmbito da região Alentejo.

Indicadores de conjuntura

Região Alentejo	V. H. %	V. T. %	ano	valor	ano	valor	obs	Fonte
Taxa de Emprego %	-5,6	0,0	2T_2012	48,7	2T_2011	51,6	*	INE
Taxa de desemprego %	27,1	-2,6	2T_2012	15,0	2T_2011	11,8	*	INE
População desempregada	41,8	10,4	Ago-12	30814	Ago-11	21726		IEFP
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	21,6	4,7	Jun-12	4,5	Jun-11	3,7		BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	43,1	15,3	Jun-12	8,3	Jun-11	5,8	*	BP
Empréstimo concedido a famílias 10 ⁶ €	-3,6	-1,0	Jun-12	9756	Jun-11	10118	*	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	2,0	0,6	Jun-12	5668	Jun-11	5555	*	BP
Licenças de construção	9,7	191,4	Jul-12	102	Jul-11	93	*	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	-8,2	-3,9	Ago-12	930	Ago-11	1013	*	INE
Turismo: dormidas (nº)	1,4	61,1	Jul-12	139432	Jul-11	137553	*	INE
Turismo: proveitos totais (10 ³ €)	4,0	80,5	Jul-12	5123	Jul-11	4926	*	INE
(v.h) - Variação homóloga; (v.t.) - Variação no Trimestre (dados mais actuais vs. trimestre anterior)								
* - Alentejo com lezíria								

A evolução dos indicadores em análise no terceiro trimestre revela algumas melhorias no que concerne à actividade turística, que evidencia um ligeiro crescimento relativamente ao período homólogo do ano passado. Além deste crescimento no âmbito do período homólogo, quando comparada com o trimestre anterior representa ainda um crescimento bastante significativo que deverá, no entanto, ser analisado tendo em atenção os benefícios derivados da sazonalidade da actividade turística.

Na verdade, verificou-se um crescimento no número de dormidas no último trimestre, numa proporção correspondente a mais de 60%, o que representa perto de 53000 dormidas neste trimestre. Este acréscimo reflectiu-se num aumento dos proveitos decorrentes da actividade turística, que superaram em mais de 80% os que se verificaram até ao trimestre anterior, passando de 2 839 000 para 5 123 000 € em Julho de 2012.



Indicadores de conjuntura - Variação homóloga e no trimestre

Merece também referência o aumento no número de licenças de construção, que crescem numa proporção próxima dos 10% relativamente ao ano transacto e que quando comparadas com o trimestre anterior evidenciam um aumento próximo dos 200%. Este indicador reflecte o aumento da actividade económica ligada à construção civil, que se caracteriza por ter um efeito de arrastamento relativamente a outras actividades comerciais e industriais com reflexos também muito positivos na manutenção e criação de emprego. Este acréscimo verificado face ao trimestre, deve no entanto, ter em conta o número

absoluto em causa - a passagem de 35 para 102 Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar. A tendência de crescimento também se verifica no país, que teve um crescimento no trimestre de cerca de 14%.

No mesmo sentido, verificou-se um aumento dos montantes do crédito concedido a sociedades não financeiras que embora ligeiro, quando analisado em termos de variação homóloga, (0,6%), evidencia uma tendência de maior intensidade de crescimento no último trimestre com uma variação positiva de 2%.

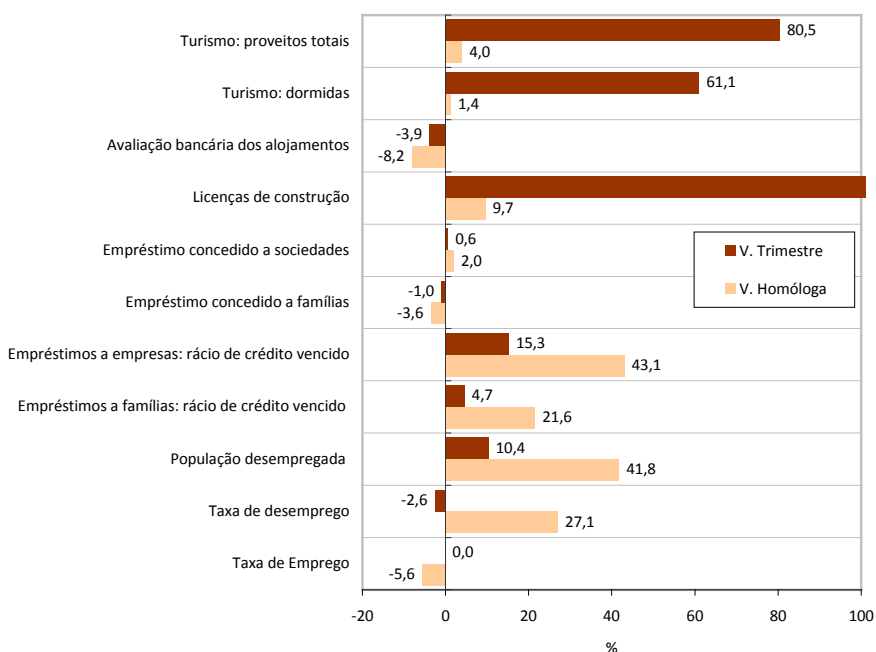
Já o montante do crédito concedido às famílias sofre uma retracção de 1%, no último trimestre, continuando a evolução recessiva do último ano, numa proporção de 3.6%, que terá como consequência uma diminuição do consumo privado com reflexos negativos nos níveis da procura interna.

Este fenómeno, associado à baixa do rendimento disponível das famílias, vem acentuar os níveis de incumprimento, relativamente ao pagamento de empréstimos contraídos, que cresceu, no último ano, numa percentagem de 21.6%, taxa de crescimento que se mantém próximo dos 5% no último trimestre.

O incumprimento relativo ao crédito bancário concedido às empresas ainda é maior, de tal forma que no último ano cresceu em percentagem superior a 43%, tendência que se manteve no trimestre onde o rácio do crédito vencido cresceu 15,3%, o que corresponde a 8.3% do montante do crédito concedido que não é atempadamente pago.

É neste contexto que se verifica a manutenção da contracção da actividade económica, patente no facto de a população desempregada e inscrita nos Centros de Emprego da região continuar a crescer em volumes muito consideráveis, quando se comparam quer as variações homólogas anuais, que registam aumentos superiores a 40%, quer as do último trimestre, que reflectem um aumento superior a 10% da população activa que procura emprego junto do IEFP.

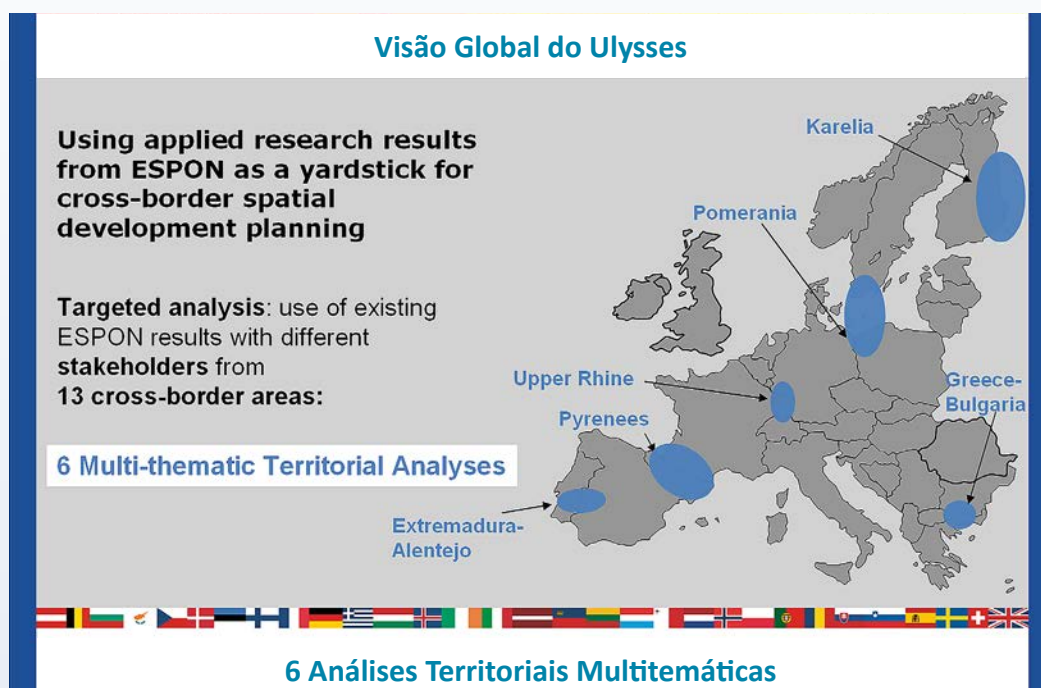
No mesmo sentido, a taxa de desemprego registou, no último ano, um aumento de 27,1%, sendo de realçar, contudo, uma redução de 2.6% face ao trimestre anterior tendo beneficiado, certamente, dos efeitos da sazonalidade de algumas actividades económicas, em particular da actividade turística, com reflexos positivos no emprego. Desta forma não é possível para já antecipar o grau de sustentabilidade que esta evolução favorável da taxa de desemprego terá no futuro, num contexto em que a taxa de emprego estagnou no último trimestre, facto positivo se atendermos a que no último ano este indicador de emprego registou um decréscimo de 5.6% ■



Projecto Ulysses

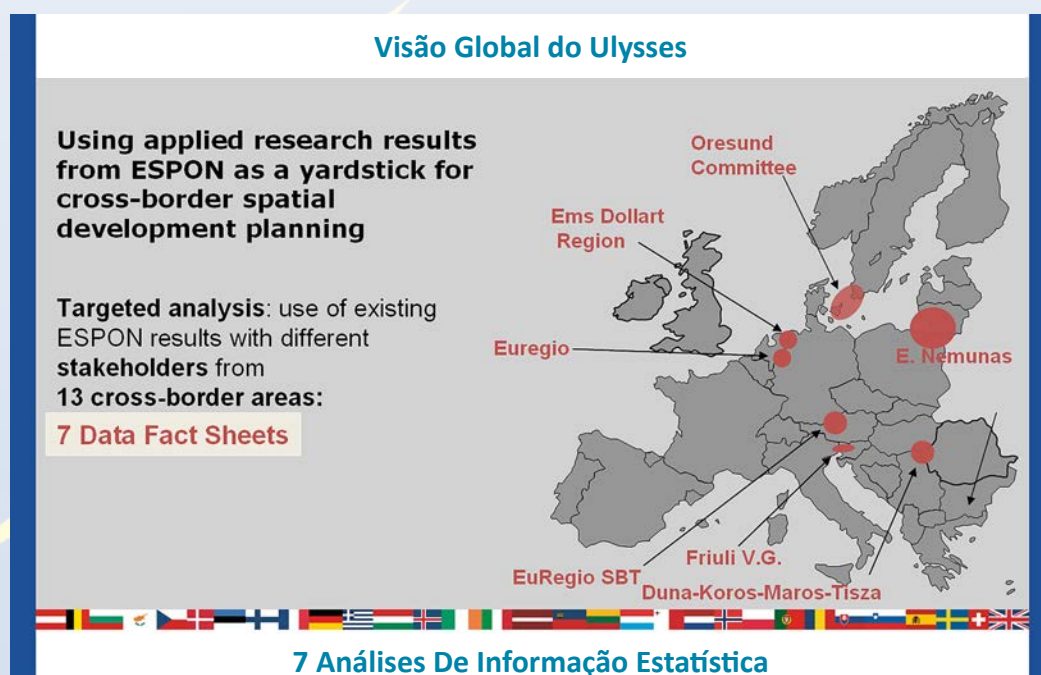
Aplicação de informação do Observatório Europeu ESPON como critério para o ordenamento territorial e planeamento das áreas transfronteiriças através de análises focalizadas

O projecto ULYSSES, cujo seminário de encerramento teve lugar em Estrasburgo no passado dia 17 de Setembro, teve como objectivo a aplicação de informação do Observatório Europeu ESPON para o ordenamento territorial e planeamento das áreas transfronteiriças através de análises focalizadas.



Envolveu a referida análise focalizada de seis áreas transfronteiriças:

Alto Reno, Grécia-Bulgária, Extremadura/Alentejo, Karelia, Pirinéus e Pomerânia, com a identificação de linhas orientadoras para estratégias de desenvolvimento comuns

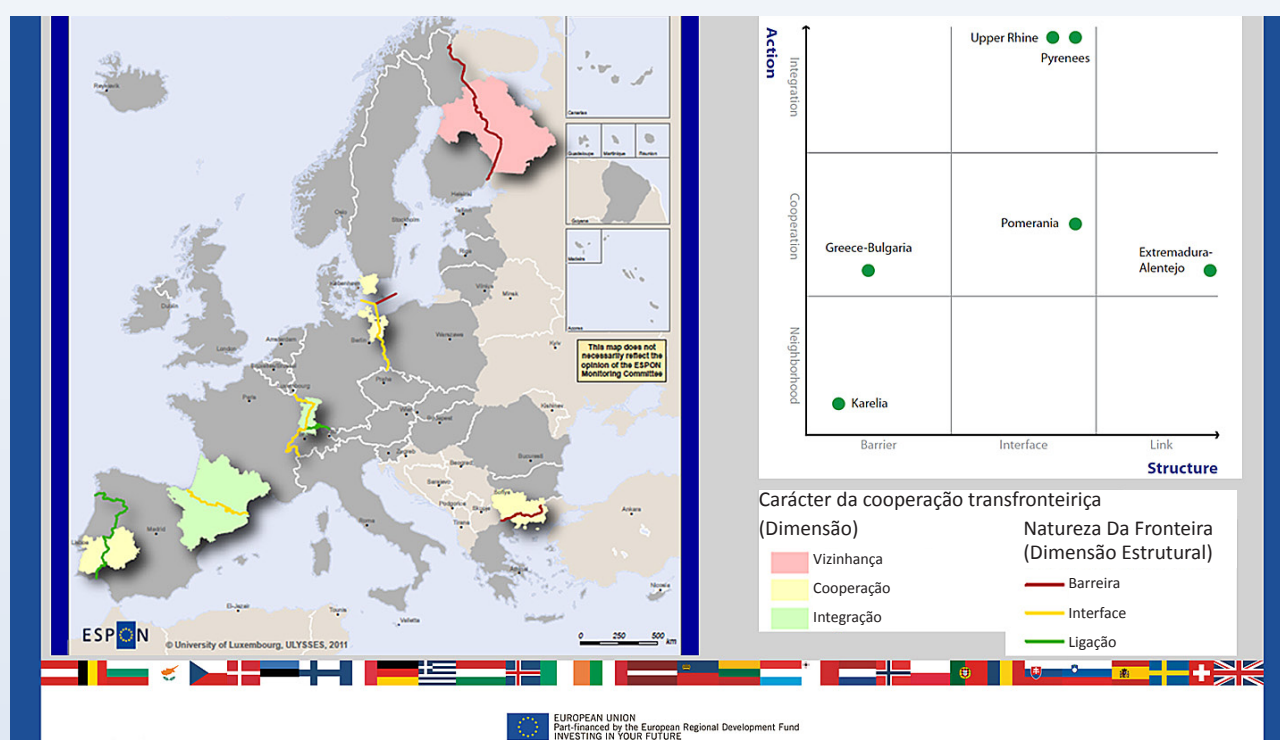


e o tratamento de informação estatística para sete outras.

Registam-se, desde logo, como pressupostos devidamente confirmados, que factores como a fronteira, a geografia, a delimitação das regiões, a escala, a coesão, a diversidade, a cooperação territorial, o conhecimento, ou a institucionalização importam de facto para as políticas de desenvolvimento.

Efectivamente, as estratégias de desenvolvimento territorial terão que atender a que o conhecimento de base para as áreas transfronteiriças enquanto unidade territorial de conjunto não é comparável com o das regiões e áreas domésticas de cada país, mas também que esse conhecimento constitui um forte e fundamentado posicionamento para a sua concepção como a próxima etapa lógica e coerente da cooperação.

No que se refere à governação, as regiões de fronteira são frequentemente designadas por laboratórios da Europa, o que é confirmado pelo Projecto ULYSSES, já que as zonas de contacto dos diferentes sistemas nacionais, revelam claramente o respectivo valor acrescentado e, simultaneamente, os desafios da integração europeia.

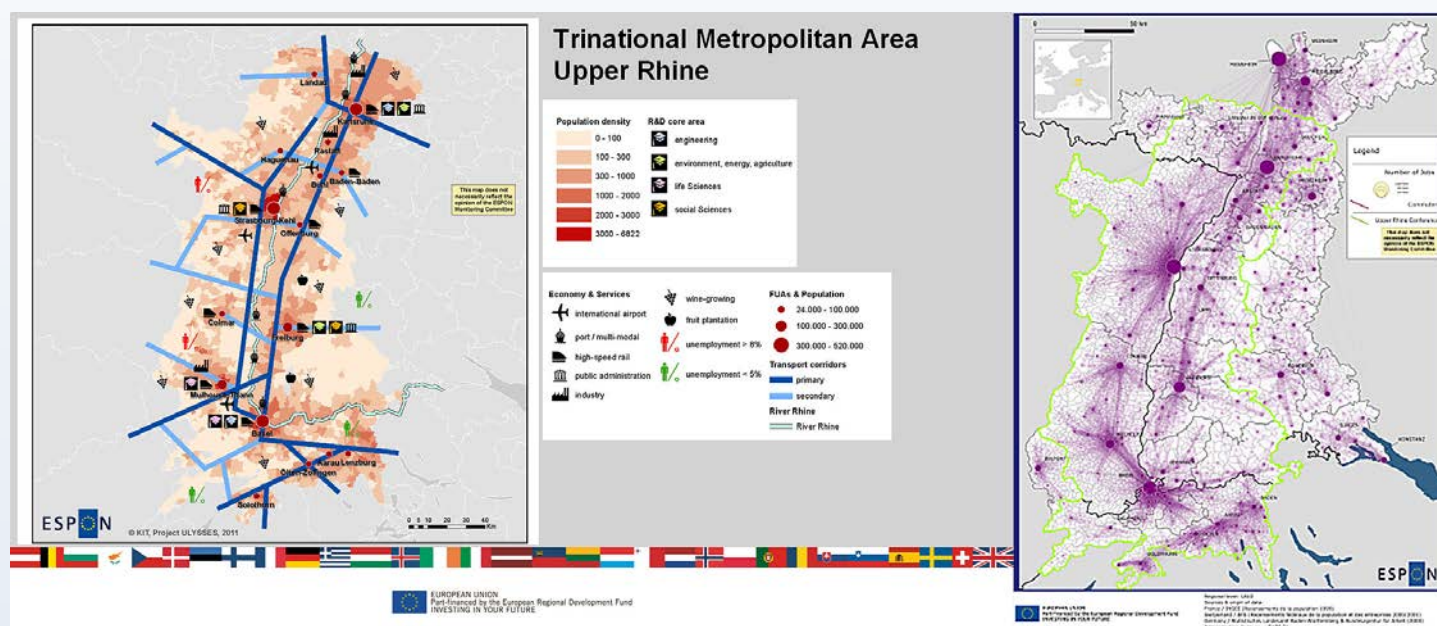


As seis regiões analisadas no Projecto confirmam a diversidade de fronteiras e das regiões de fronteira do ponto de vista institucional em que a estrutura e dimensão da actividade apresentam valores muito diferentes, o que leva a concluir:

- As 15 fronteiras internas da União Europeia do ponto de vista estrutural, são mais favoráveis a práticas de governação transfronteiriça do que por exemplo as fronteiras externas ou, mesmo, a dos estados em período de transição.
- Do mesmo modo, a dimensão estrutural não pode ser explicada de modo determinístico, isto é, o grau de institucionalização não pode ser directamente ligado a nenhum estatuto sócio económico.
- O desenvolvimento sócio económico também não determina ou promove, por si só, a governação transfronteiriça.
- A diversidade territorial tem que acompanhar as restantes diferenças de definições institucionais, e as instituições envolvidas têm que enfrentar os respectivos desafios ao nível local. Assim, tomando como princípio a concepção de estratégias próprias “feitas à medida”, todas as regiões têm que desenvolver os seus próprios desígnios e mecanismos adequados, de forma a tirar partido do seu potencial transfronteiriço.

Os modelos espaciais construídos que a seguir se apresentam, traduzem o perfil e desempenho territorial das áreas envolvidas, contendo, de acordo com as substanciais diferenças entre as realidades analisadas - que incluem desde o respectivo carácter rural ou urbano, até à disponibilidade de informação - a visão integrada necessária a uma efectiva condição transfronteiriça. Reflectem, como tal, os aspectos mais relevantes a ter em conta nas linhas orientadoras preconizadas para as respectivas estratégias de desenvolvimento comuns¹.

Área Metropolitana Trinacional Do Alto Reno



- Grande atratividade demográfica mas com fortes disparidades intra-regionais.
- Sistema Urbano policêntrico.
- Valor marginal mas sólido das mais valias das actividades agrícolas.
- Alto rendimento “per capita” e baixa taxa de desemprego, com muito boa acessibilidade, relevantes I&D, indústria e patentes registadas.
- Grande potencial para investigação e educação partilhadas.
- Significativos movimentos pendulares, em que o efeito de fronteira é visível nos respectivos padrões locais.
- O desenvolvimento/crescimento preferencial nas áreas planas do vale do Reno causa alguns conflitos entre usos do solo.
- A acessibilidade intra-regional, especialmente no que se refere ao transporte público, confinado às redes nacionais, deve ser melhorada.

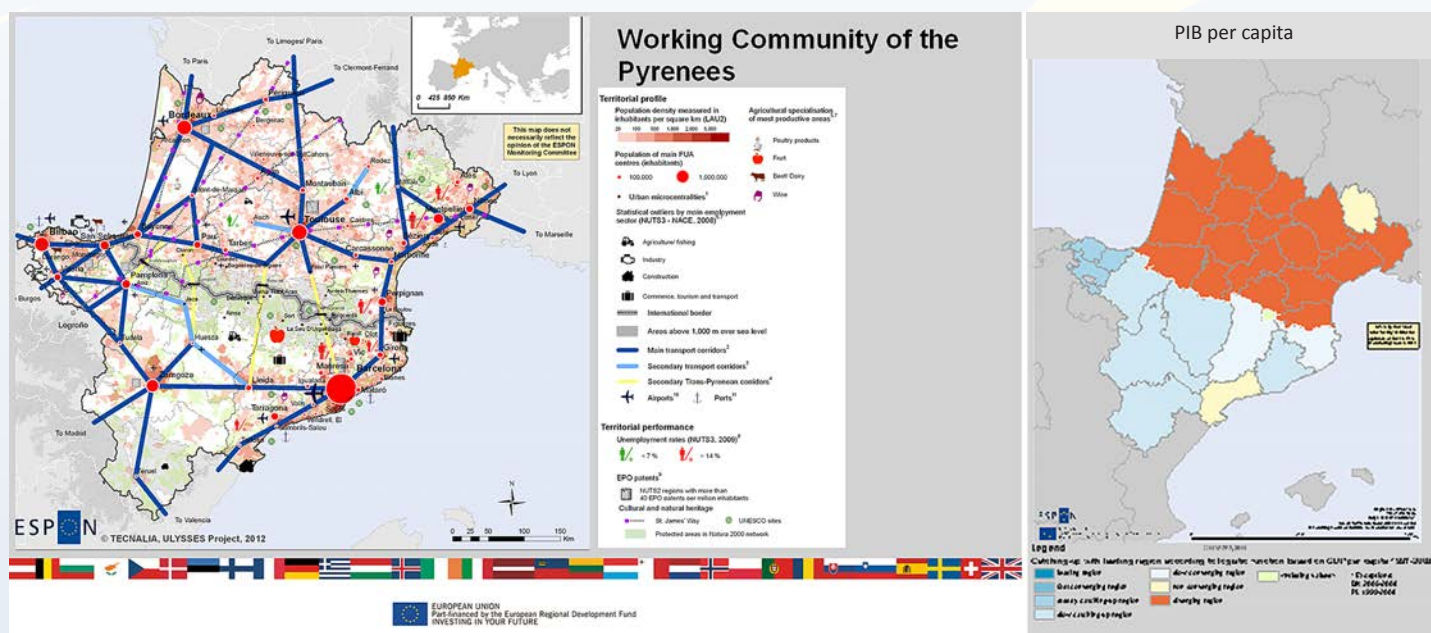
Exemplos de estratégias propostas para a Área Metropolitana Trinacional do Alto Reno

- Centros urbanos inovadores como base para o desenvolvimento económico, com papel de plataformas de conhecimento tecnológico do tecido empresarial e resultante da investigação do centros científicos e universitários, assim como de canais de comunicação e sistemas transfronteiriços integrados de transportes.
- A estrutura policêntrica desta área transfronteiriça deve ser melhorada na perspectiva da “concentração desconcentrada”. Com uma densa rede de aglomerados, o fornecimento de bens e serviços deve ser também assegurado nas áreas rurais que apresentam mais valias turísticas relacionadas com a agricultura, gastronomia e bem-estar e, ainda, o potencial das energias renováveis.

¹ De notar que constituem uma síntese sumária, devidamente desenvolvida no Relatório Final, apenas disponível em inglês enquanto língua oficial do Projecto.

- O Alto Reno deverá afirmar-se como uma imagem de marca reconhecida, baseada nos seus pontos fortes, conseguida internamente dentro área transfronteiriça, permitindo, assim, uma projecção externa coerente e sólida. Isto visa, potenciar a atractividade e cooperação transfronteiriça, vinculando o capital social e humano da região através de uma rede activa de gestão e consolidação de uma identidade comum.

Pirinéus

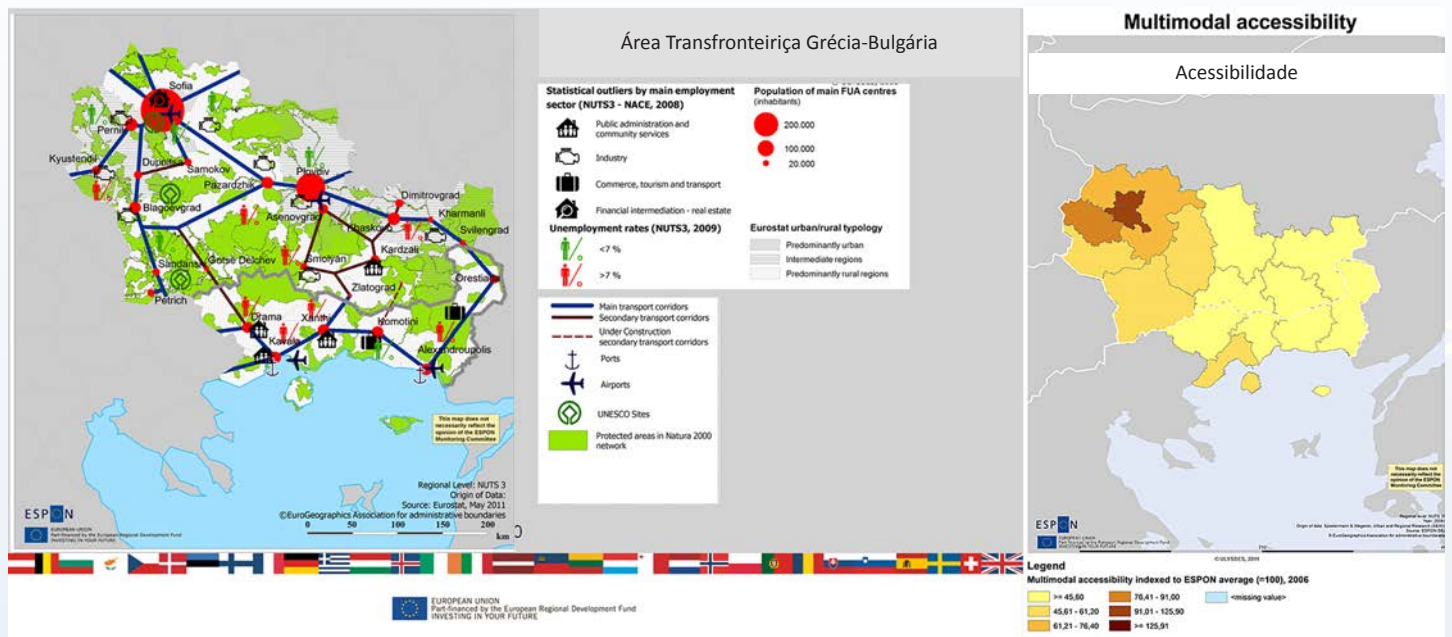


- Atractividade demográfica (imigração).
- Distribuição hierárquica das áreas urbanas.
- Decréscimo das actividades do sector primário, perceptível no padrão de ocupação do solo.
- Activos específicos naturais relevantes.
- Região periférica em termos de acessibilidade e com baixa conectividade interna.
- Diferente orientação económica no médio prazo para os diferentes lados da fronteira.
- Efeitos da fronteira visíveis na taxa de fertilidade, rede urbana, acessibilidade (rodoviária e ferroviária versus aérea), rendimento per capita (segundo dados de 1997 a 2008 as regiões espanholas estão estacionárias ou lentamente em progressão enquanto todas as francesas estão a divergir).

Exemplos de estratégias propostas para a área transfronteiriça dos Pirinéus

- Reter e/ou consolidar níveis aceitáveis de dinâmica demográfica e padrões de coesão tanto em contexto urbano como rural através:
 - I Da aplicação de políticas de “migração familiar inteligente” visando a atracção de população jovem;
 - II Da promoção da integração de minorias em especial nas áreas urbanas;
 - III Da adopção de uma abordagem pró-activa aos sistemas de apoio sociais;
 - IV Da exploração de novas oportunidades de negócio no âmbito da economia social, proporcionados pelo envelhecimento populacional.

Grécia - Bulgária



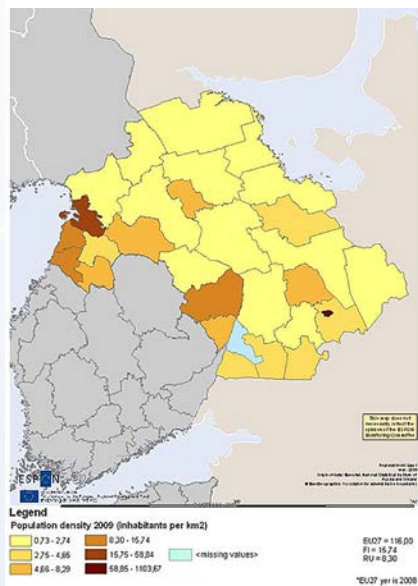
- Dinâmica demográfica negativa com forte despovoamento.
- Efeito de fronteira – atractividade populacional.
- Afirmação e crescimento do padrão urbano policêntrico da cidade de Sofia e envolvente.
- Crescimento gradual da urbanização. Forte decréscimo da população activa nas actividades primárias.
- Níveis diferenciados de acessibilidade interna, com a maior parte das regiões a revelar melhores e crescentes níveis de acessibilidade, conectividade e infraestruturas.
- Fraco desempenho económico e indicadores sociais abaixo da média da União Europeia.

Exemplos de estratégias propostas para a área transfronteiriça Grécia-Bulgária

- Melhorar o equipamento escolar de apoio à infância nos centros urbanos.
- Encorajar o auto-emprego e o emprego a tempo parcial.
- Melhorar os padrões de qualidade de vida nos pequenos e médios centros urbanos.
- Reforçar os principais eixos de transporte ferroviário, rodoviário, de telecomunicações e gás, através de uma melhor e mais eficaz cooperação transfronteiriça, incluindo igualmente a intensificação do comércio e o fornecimento de serviços.
- Eliminar obstáculos à mobilidade laboral transfronteiriça.
- Promover intercâmbios no campo da investigação, educação e formação profissional.
- Promover produtos agrícolas tradicionais, a agricultura biológica e o eco-turismo.
- Promover a independência energética com base nas fontes renováveis.
- Penalizar a silvicultura intensiva e o turismo de massas.

Karelia

Densidade



Falta de informação para o lado Russo da fronteira.

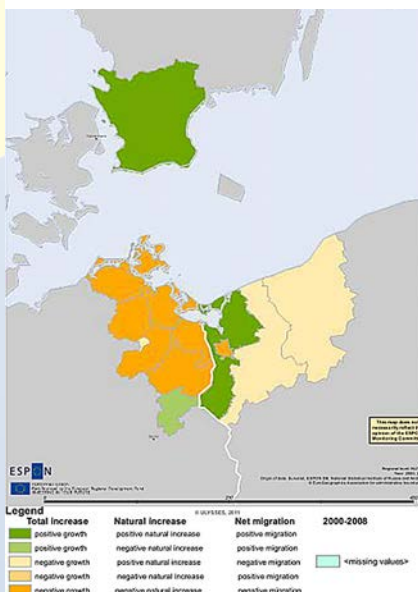
- Presença de apenas nove municípios (ou agrupamento de municípios que constituam uma aglomeração urbana). Estrutura urbana relativamente policêntrica no que se refere à distribuição da população, com grandes diferenças no rendimento per capita.
- Acentuadas diferenças socio-económicas entre as regiões russas e finlandesas.
- A região transfronteiriça é predominantemente rural mas com desempenho abaixo da média europeia.
- Muito baixa acessibilidade por transporte terrestre
- A análise demográfica para os parâmetros densidade populacional e distância à fronteira, ao nível dos municípios no que se refere ao crescimento populacional entre 2001 e 2010, não apresenta efeitos significativos.
- A migração ao nível local revela atractividade para a população das regiões da Finlândia.

Exemplo de estratégias propostas para a área transfronteiriça de Euro-região de Karelia

- A fronteira como uma estratégia para o desenvolvimento desta Euro-região, fundamenta-se na promoção de comércio e serviços, no desenvolvimento de pequenas empresas e negócios e numa política social activa, bem como uma particular atenção à segurança.
- A Estratégia ECO-Karelia afirma esta Euro região enquanto pioneira na promoção do desenvolvimento sustentável das áreas transfronteiriças do Norte da Europa.
- A cooperação ambiental é da máxima importância e novas tecnologias de desenvolvimento para as áreas rurais promovem a protecção de recursos naturais, a promoção da agricultura biológica e a produção bio-energética. O turismo sustentável fornecerá serviços tanto aos habitantes locais como aos visitantes.
- A Karelia tem grandes activos territoriais que deve valorizar e potenciar e, por outro lado, deveria enfrentar os desafios numa perspectiva transfronteiriça, formulados através de uma visão integrada circunstanciada no tempo, de uma missão que defina o âmbito do trabalho da Euro-região e de uma valoração qualitativa dos atributos para a cooperação, tal como de prioridades para o ordenamento do território em geral.

Pomerânia

Crescimento



Dinâmicas demográficas com grande variação entre as regiões – positiva na Bar-nim Podregion Szczeciński e Skåne län, mas negativa em todas as outras.

Estrutura urbana policêntrica. Contudo, só 51,5 % do total da população da área transfronteiriça vive em área urbana, com destaque para a cidade de Szczecin.

No que se refere à relação urbano/rural verifica-se a presença de grandes áreas rurais e áreas urbanas densamente povoadas.

A acessibilidade é muito variável, com a multimodalidade abaixo da média europeia. Crescentes disparidades no rendimento per capita, entre 1997 e 2008.

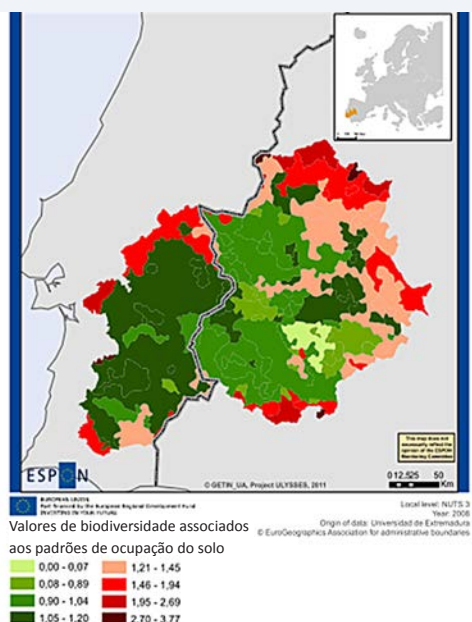
Bom desempenho no que se refere aos parâmetros de qualidade ambiental.

Exemplo de estratégias propostas para a área transfronteiriça da Pomerânia

- A criação de da estratégia para uma Euro-região empreendedora visa criar novos empregos na área transfronteiriça. Os empresários beneficiam, assim, de formação de alta qualidade e apoio para iniciar novos negócios, para que novos empregos atraiam [novos e antigos] residentes e ofereçam perspectivas para estratégias de vida para as famílias e a população jovem. A cooperação transfronteiriça é essencial para a concretização deste objectivo.

- Nesta estratégia o turismo é considerado uma verdadeira opção para a criação de novos empregos, pelo que os investimentos são realizados nas respectivas infraestruturas de acolhimento e soluções para o tráfego. Está em forte desenvolvimento o ecoturismo e o turismo de lazer e bem-estar nas áreas rurais, baseados nos activos locais aliados ao património da região e na valorização da sustentabilidade ambiental.
- A estratégia para potenciar o desenvolvimento das infraestruturas de transporte – rodoviárias, ferroviárias, fluviais – assenta no lema “Todas as estradas conduzem à Pomerânia”. É dada especial atenção às ligações transfronteiriças e existe uma interacção crescente de movimentos pendulares entre os habitantes, o que cria igualmente um espaço social transfronteiriço. O transporte público de baixas emissões de carbono, com “veículos amigos do ambiente”, é o conceito chave.

Extremadura / Alentejo



Dificuldade de atrair população – enquanto o lado português está em perda populacional, o lado espanhol apresenta algum crescimento ainda que muito lento.

O efeito fronteira não é, contudo, significativo para o crescimento populacional.

Existem alguns movimentos pendulares sobretudo do Alentejo para a Extremadura.

Regista-se um desenvolvimento policêntrico incipiente e uma fraca hierarquia entre as áreas urbanas.

O sistema urbano, com um conjunto de pequenos, ou muito pequenos aglomerados urbanos, abrange um vasto território predominantemente rural.

As infraestruturas de transportes e comunicações e os respectivos serviços estão abaixo das médias nacionais e do ESPON.

A situação económica é débil com um baixo, e não convergente, rendimento per capita.

Apresenta uma paisagem bem preservada com recursos naturais significativos.

Exemplo de estratégias propostas para a área transfronteiriça Extremadura/Alentejo

- Lidar com a situação demográfica de uma população envelhecida e sem crescimento demográfico através de estratégias de mitigação, por um lado – políticas de imigração amigáveis e promoção de medidas pró-fecundidade – e, por outro, com estratégias de adaptação que incluam a reutilização e adaptação progressiva de instalações e serviços para os mais velhos, articulando-as com produtos de lazer, bem-estar e turismo, de forma a potenciar igualmente a atracção do turismo sénior de outras regiões ou países.
- Estabelecer complementaridades funcionais nos serviços e infraestruturas.
- Tirar partido dos povoamentos de sobreiro e azinheira explorados em sistemas de montado como um activo específico estratégico transfronteiriço na promoção conjunta de produtos regionais, criando valor acrescentado.
- Tirar partido da posição estratégica desta área transfronteiriça, no que se refere à ligação Lisboa Madrid, afirmando a importância do Eixo 16 enquanto prioridade absoluta para este território no quadro da Rede Transeuropeia de Transportes.
- Gerir e tirar partido do vasto conhecimento técnico conjunto das duas regiões.
- Coordenar a manutenção e valorização dos parâmetros ambientais e de sustentabilidade territorial que suportam o recurso paisagem como um activo fundamental.

Como conclusão global das análises territoriais salienta-se:

- As diferenças entre as áreas transfronteiriças são, aparentemente, muito mais relacionadas com a sua localização no quadro do território da União Europeia do que com o seu carácter de fronteira entre Estados.
- As fronteiras continuam a ter um papel relevante no desempenho das diferentes regiões já que separam realidades nacionais diferentes.
- A condição de fronteira parece ser mais relevante a nível regional que a nível local.
- Os níveis de movimentos pendulares entre as diferentes regiões tende, de uma maneira geral, ainda a ser fraco.
- As fronteiras parecem continuar a funcionar como limite para os efeitos difusores dos pólos de desenvolvimento. Isto indica, essencialmente, que apesar do esforço europeu na promoção da coesão territorial, o nível nacional mantém o papel principal no desenvolvimento regional.

De destacar ainda que o valor acrescentado do programa ESPON para a cooperação transfronteiriça prende-se com a disponibilidade de conceitos relevantes e dados comparáveis a nível europeu, que servem de referência à compreensão do seu posicionamento específico. Prende-se, de igual modo, com o desenvolvimento da necessária visão partilhada da realidade transfronteiriça, através do debate político e técnico para a assumpção comum dos aspectos territoriais chave, e da geração de um consenso básico dos principais desafios a enfrentar no médio prazo, bem como a identificação de eventuais análises ou especiais enfoques a níveis espaciais mais locais a ser elaborados.

Deste Projecto resultou igualmente um Guia Prático para a Elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Territorial em Áreas Transfronteiriças² que associa a vasta experiência de cooperação em várias situações de fronteira, sobretudo internas, à possibilidade de novas iniciativas disporem de abordagens e metodologias adequadas à elaboração de estratégias integradas de desenvolvimento territorial transfronteiriço ■

² Practical Guide for the Elaboration of cross-border territorial development strategies. ULYSSES Help Desk. AEBR.

A Estratégia Europeia Marítima do Atlântico e o Forum do Atlântico



Praia Norte Canto Mosqueiro - Sines

Apresentação

Nasceu de uma proposta de Portugal aos outros países atlânticos, em 2010, e pouco depois era apoiada por França, Irlanda, Espanha e Reino Unido. Já este ano, o rascunho da Estratégia Marítima para o Atlântico da União Europeia (UE) foi apresentado à Comissão Europeia. A comissária dos Assuntos do Mar e Pescas, Maria Damanaki, fez o seu lançamento na Conferência do Atlântico, em Lisboa, a 28 de Novembro de 2011, a qual contou com a participação do Presidente da República, Cavaco Silva, do primeiro-mi-

nistro, Passos Coelho, e da ministra do Mar, Assunção Cristas, que na ocasião teve a oportunidade de se referir a esta Estratégia Atlântica com as seguintes palavras: *a estratégia agora lançada constitui um contributo significativo para concretizar a vontade da Europa em proteger o Oceano Atlântico e explorar, de forma sustentável, o seu potencial económico de longo prazo, no quadro das prioridades da União Europeia. Além disso, assume-se ainda o compromisso que visa o desenvolvimento de uma economia baseada*

no conhecimento e na inovação, promovendo um uso mais eficiente dos recursos e uma economia mais competitiva e sustentável, simultaneamente orientada para a criação de emprego e capaz de assegurar a coesão social e territorial.

A ideia de preparar um documento que olhasse o Atlântico de maneira global, desde os ecossistemas e a biodiversidade até às pescas, minérios ou segurança marítima, surgiu na Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, e que agora a Direcção Geral de Política Marítima, em articulação com as CCDR, diversos outros organismos da Administração do Estado e algumas instituições privadas de interesse público, está a coordenar, numa iniciativa nacional que tem como objectivo fundamental definir e propor uma orientação para medidas de política que enquadrem a Estratégia Europeia para o Atlântico e que, simultaneamente, equacionem um conjunto de ideias de propostas de projectos a candidatar no quadro do próximo período de financiamento comunitário - 2014-2020.

Programa-Quadro de Investigação e desenvolvimento, e a política energética, apontando uma utilização multifundos para o financiamento do seu Plano de Acção, numa forte articulação com a Estratégia Europa 2020, procurando assim obter uma melhor utilização/articulação dos fundos da UE, e não apenas um aumento das despesas de financiamento associadas aos projectos que vierem a ser considerados elegíveis. A Estratégia a executar a partir de 2014 define um conjunto de desafios e de oportunidades para a região atlântica em cinco temas, que englobam todos os aspectos do oceano: Implementação de uma Abordagem Ecológica, Redução da Pegada Ecológica, Exploração Sustentável dos Recursos dos Fundos Marinhos, Resposta às Ameaças e Emergências e Crescimento Sustentável Inclusivo das Comunidades Costeiras.

A Estratégia Atlântica assume a forma de uma estratégia macrorregional por forma a favorecer as sinergias entre os diferentes instrumentos e os diferentes níveis de acção



Porto - Sines

Numa visão concertada, o Parlamento Europeu propõe que a Estratégia Europeia para a Região Atlântica seja ligada à política regional e à política marítima integrada da UE e que se abra a todas as regiões da UE situadas no litoral atlântico, incluindo as regiões ultraperiféricas da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), ao mesmo tempo que a Estratégia Atlântica deve igualmente facilitar as sinergias com outras políticas da UE, como as redes transeuropeias de transporte, a política comum da pesca, as acções no domínio do clima e do ambiente, com o 7º

que intervêm nas políticas de ordenamento do território. A lógica macrorregional permitirá associar os intervenientes no terreno (setor privado, autoridades públicas regionais e locais, organizações da sociedade civil) à definição e à execução dos objetivos da Estratégia.

A Estratégia deve encorajar uma exploração sustentável do Atlântico através de uma gestão coordenada de todas as atividades humanas que tenham incidência sobre o meio marinho, e dirige-se a todas as regiões atlânticas europeias, incluindo as regiões litorais da Mancha e do mar da Irlanda,

as regiões ultraperiféricas e os países e territórios ultramarinos.

Permitirá igualmente desenvolver ações em matéria de cooperação internacional.

A Estratégia Europeia para a Região Atlântica deve ser executada a partir de 2014, coordenada pelo Fórum Atlântico, criado em 2012, onde serão feitas propostas, para haver em 2013 um plano de acção da estratégia. O Fórum será o motor da estratégia, e articulará com o próximo quadro financeiro plurianual o financiamento da lista de projectos estruturantes que lhe será submetida até finais de 2012.

O Forum Atlântico

O Forum Atlântico é uma estrutura que terá duração limitada no tempo (finais de 2012 a meados de 2013), e destina-se a operacionalizar a fase de criação e desenho do Plano de Acção da Estratégia Europeia para o Atlântico.

Tem como missão reunir as idéias de ações concretas desenvolvidas ao nível dos estados membros, as quais serão revistas através de um processo transparente de consulta que envolve todas as partes interessadas, e em boa parte também elas envolvidas no processo de criação das ideias de projectos. As ações prioritárias e projetos colaborativos são, então, aprovados pela publicação de um Plano de Ação que deve ajudar a informar as discussões sobre contratos de parceria e programas operacionais.

O Forum deverá assim identificar as ações prioritárias e projectos a serem propostos para financiamento futuro e que contribuam para a criação de emprego e um crescimento durável na região atlântica, graças à participação dos Estados Membros atlânticos, das autoridades locais e outros parceiros interessados.

Financiamentos

A Estratégia do Atlântico abre a porta - é esse o objectivo confesso inscrito nas palavras do Secretário de Estado do Mar – *“para que olhemos para lá das costas, dos portos, dos transportes marítimos e da conservação do litoral. Agora olhamos muito mais longe. É uma estratégia que vai de norte a sul, de leste a oeste do Atlântico”*.

Que fundos irão ser disponibilizados para levar a cabo esta Estratégia Atlântica europeia?

Muitos, como desmontra o quadro financeiro que se disponibiliza seguidamente.

Fundos	Milhões de €
Coesão	376.0
Pesquisa Horizonte 2020	80.0
Fundo das Pescas	6.6
Competitividade das Empresas e SMEs	2.5
LIFE+	3.6
FEADER	101.2
Instrumentos de Acção Externa	96.2
Total	666.1

Calendário

As tarefas atribuídas ao FORUM para que o desenho dos Planos de Acção nacionais sejam apresentados em tempo, obedecem ao seguinte calendário:

Fevereiro-Março de 2012	Apresentação de propostas; Visitas dos responsáveis da UE aos cinco Estados da UE Atlântico
Abril de 2012	Definir as ações prioritárias
Junho-Julho de 2012	Consulta das partes interessadas para rever e analisar as propostas apresentadas Grupo de Coordenação prepara documento de consulta
Novembro de 2012	Proposta de Plano de Acção
Início de 2013	Plano de Acção - versão final
2014-2020	Acompanhamento da execução

A CCDD Alentejo no contexto da estratégia do atlântico

As CCDD estão empenhadas em cumprir com as responsabilidades que aceitaram partilhar no âmbito desta acção nacional de levantamento de projectos, que nos territórios sob sua intervenção maior interesse parecem apresentar, para serem propostos e executados no decurso do referido período.

Nesse sentido, a CCDD Alentejo propôs uma lista de projectos enquadrados nas áreas temáticas já referidas, mas tem perfeita consciência da necessidade de alargar e ou confirmar a bondade das propostas apresentadas, pelo que lançou um processo de consulta às entidades regionais do Alentejo que de alguma forma têm responsabilidades e que no mar, e na sua dependência, exercem a sua actividade, para colaborarem no desenvolvimento e implantação desta estratégia.

O presente artigo assume, portanto, um objectivo complementar à informação e divulgação do que é e o que se está realizando no contexto da Estratégia Marítima para o Atlântico, ao servir de veículo de recolha de informa-

ção, propostas, ideias estruturantes ou simples sugestões que os leitores pretendam formular sobre aquela no âmbito da região Alentejo e que poderá encaminhar para dc@ccdr-a.gov.pt.

Enquadramento e propostas de base do alentejo sobre as diferentes temáticas

1. Crescimento social inclusivo

Acção Prioritária (enquadramento geral):

• Náutica de Recreio e Turismo Náutico

Sines é um ponto de paragem importantíssimo para as embarcações de lazer que percorrem a costa portuguesa em rotas nacionais ou internacionais, que está dotado de excelentes condições técnicas e com uma localização privilegiada para a prática da náutica de recreio e para o Turismo Náutico. Portugal pode beneficiar das condições naturais que a sua costa oferece para estas práticas. Seria interessante que a coordenação destas actividades pudesse ser potenciada com a elaboração de um Plano Estratégico que permita identificar e promover a concretização de locais de apoio à navegação de recreio, por forma a que em articulação com o PENT, se proceda ao enquadramento da oferta turística existente relacionada com a aposta na Náutica de recreio e Turismo Náutico.

Projectos Possíveis:

- Elaboração de um Plano Estratégico de localização e implantação de Apoios à navegação de recreio;
- Criação de uma rede de Apoios Náuticos;
- Estruturação Desenvolvimento e Promoção de produtos turísticos ligados à náutica de recreio.

Fontes de possível financiamento para o projecto:

- FEDER
- FSE
- Fundo Coesão
- Horizonte 2020
- Cooperação Territorial Europeia
- LIFE+

2. Exploração sustentável dos recursos naturais dos fundos atlânticos

Acção Prioritária (enquadramento geral):

• Energias Marinhas, Minerais e Biotecnologia

A necessidade crescente de energia tem conduzido

à procura no mar quer de novas formas de energia, quer de jazidas de combustíveis fósseis. Por outro lado, o fundo do mar está a revelar potencialidades para a exploração de metais raros e principalmente produtos de biotecnologia. Torna-se assim necessário coligir toda esta informação sobre os recursos minerais da nossa plataforma continental, visando promover o seu aproveitamento

Projectos Possíveis:

- Definição de Áreas com potencial de exploração energética e biotecnológica
- Apoio à constituição de clusters industriais e de biotecnologia marinha com ligação aos centros de investigação.
- Promoção da exploração dos recursos energéticos fósseis das plataforma continental.
- Promoção da exploração dos recursos energéticos renováveis nos locais de maior potencial.

Fontes de possível financiamento para o projecto:

- FEDER
- FSE
- Fundo Coesão
- Horizonte 2020
- Cooperação Territorial Europeia
- LIFE+

3. Reduzir a pegada ecológica da europa

Acção Prioritária (enquadramento geral):

• Transportes Marítimos , logística e Autoestradas do Mar

O porto de Sines é o núcleo de um centro logístico que promove a intermodalidade e a comodidade nas operações de transporte de mercadorias de e para o porto. É o ponto de início no território nacional de um corredor ferroviário de mercadorias designado Projecto Prioritário 16 que ligará a península ibérica ao resto da Europa, e neste âmbito integra o Projecto PIRENE, que tem como objectivo a construção de uma passagem Central dos Pirenéus.

Projectos Possíveis:

- Incrementar o Transporte Marítimo de Curta Distância - TMCD entre portos da fachada mediterrânica e atlântica.



Éolicas - Sines

- Continuar a parceria transnacional presente no PP16 das Redes Transeuropeias de Transporte de modo a potenciar a ligação de Sines às redes europeias de transporte de mercadorias.
- Construção da ligação ferroviária Évora Badajoz

Fontes de possível financiamento para o projecto:

- FEDER
- FSE
- Fundo Coesão
- Horizonte 2020
- Cooperação Territorial Europeia
- LIFE+

4. Pescas e aquacultura

Acção Prioritária (enquadramento geral):

• O sector das pescas e aquacultura

O sector das pescas no Alentejo representa cerca de 6% do pescado nacional. Conta igualmente com algumas explorações de aquacultura, embora com reduzida expressão no contexto nacional. Porém a qualidade das águas e existência de duas bacias hidrográficas, permitem pensar num aumento do aquacultura. Segundo as previsões da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o consumo de produtos do mar continuará a aumentar. As capturas do mar não podem cobrir totalmente a procura. Mesmo que os stocks populacionais subam para níveis que assegurem o seu rendimento máximo sustentável, a produção aquícola será sempre indispensável para satisfazer uma procura em rápida expansão.

Projectos Possíveis:

- Definição de áreas de potencial aquícola no mar (Salinas de Alcácer do Sal, estuários de Sado, Mira, Guadiana..) e Águas de interior (Alqueva);
- Criação e promoção de reservas marinhas piscícolas demarcadas;
- Promoção de parcerias com agentes internacionais;

Fontes de possível financiamento para o projecto:

- FEDER
- FSE
- Fundo Coesão
- Horizonte 2020
- Cooperação Territorial Europeia
- LIFE+

5. Para obter mais informações, por favor aceder ao endereço:

www. ■

Porto de pesca - Sines



Evolução do Alentejo relativamente ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) é um instrumento que permite monitorizar as dinâmicas territoriais em termos globais e de forma mais desagregada nos domínios da coesão, da competitividade e da qualidade ambiental, assumindo a sustentabilidade do desenvolvimento assente numa tripla dimensão (social, económica e ambiental).

Na abordagem da coesão foram considerados indicadores que expressem aspectos relativos à eficácia do acesso a factores de bem-estar, em termos de rendimento, equidade social e longevidade, acessibilidade das populações a serviços que garantam qualidade de vida e oportunidades de progresso profissional e humano; capacidades de adaptação social e potenciais de exclusão/integração social.

Na competitividade foram incluídos os aspectos relacionados com a capacidade de geração de rendimento e de penetração em mercados externos; os factores que potenciem o desempenho competitivo (existência e qualidade do capital humano, infra-estruturas avançadas e economias de aglomeração), transformação eficiente das economias regionais em termos de dimensão de especialização produtiva, mobilidade habilitacional e profissional, iniciativa e solidez empresariais, exposição à competição externa, investimento na produção de conhecimento e atractividade populacional, empresarial e de trabalhadores.

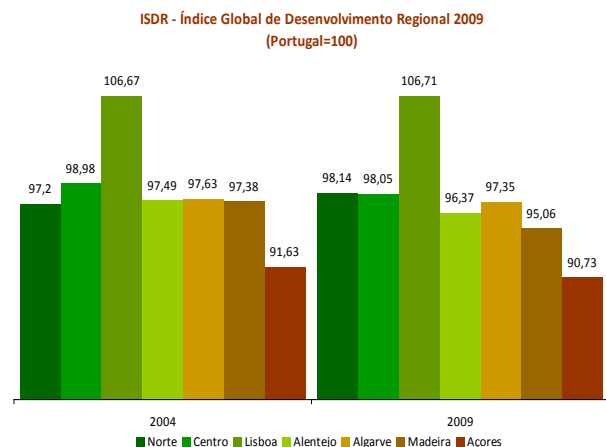
A qualidade ambiental incorpora as vertentes relacionadas com a qualidade da água para consumo humano e do ar; a produção de factores poluentes do solo e do ar; a qualidade do crescimento urbano; medidas de atenuação de impactos dos factores de pressão como poluentes do solo e água e criação de zonas classificadas; substituição de fontes energéticas fósseis por fontes renováveis, redução de emissões e uso racional dos recursos naturais.

Com base num extenso conjunto de indicadores que abrangem os domínios acima referidos, foi construído também um índice global calculado a partir dos três indicadores resumo das componentes. A informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística reporta-se ao período compreendido entre 2004 e 2009 com desagregação territorial ao nível NUT III.

Porque reconhecemos o interesse deste instrumento no acompanhamento do desempenho regional, procedemos à análise das dinâmicas de desenvolvimento do Alentejo e das suas sub-regiões (Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Lezíria do Tejo), no contexto nacional e regional, em termos globais e em cada uma das componentes do ISDR.

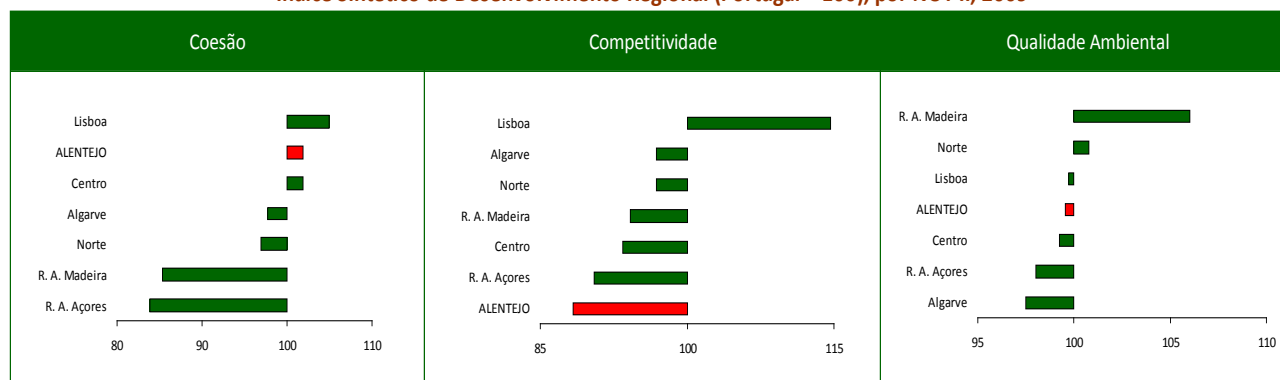
O Alentejo no contexto nacional

Comparativamente com o desempenho do país, apenas a região de Lisboa supera o nível médio nacional e o Alentejo mostra tendência decrescente, com ligeira quebra no seu posicionamento relativo entre 2004 e 2009. Para este desempenho contribuíram os resultados menos favoráveis em termos de competitividade, dando a entender que a região ainda tem alguns constrangimentos ao nível do seu potencial e da eficácia na criação de riqueza e na capacidade para competir no contexto internacional.



Da análise da componente coesão ressalta a supremacia de Lisboa, região que atinge os níveis mais elevados deste indicador, e o posicionamento do Alentejo ao nível do país, com valores que rondam a média nacional. Na componente competitividade a região de Lisboa também se destaca com valores sempre superiores à média nacional e o Alentejo é a região nacional com níveis mais baixos neste indicador durante todo o período de análise. Da avaliação da qualidade ambiental destaca-se a Região Autónoma da Madeira com valores muito acima da média nacional e nesta componente, o Alentejo posiciona-se muito próximo da média nacional.

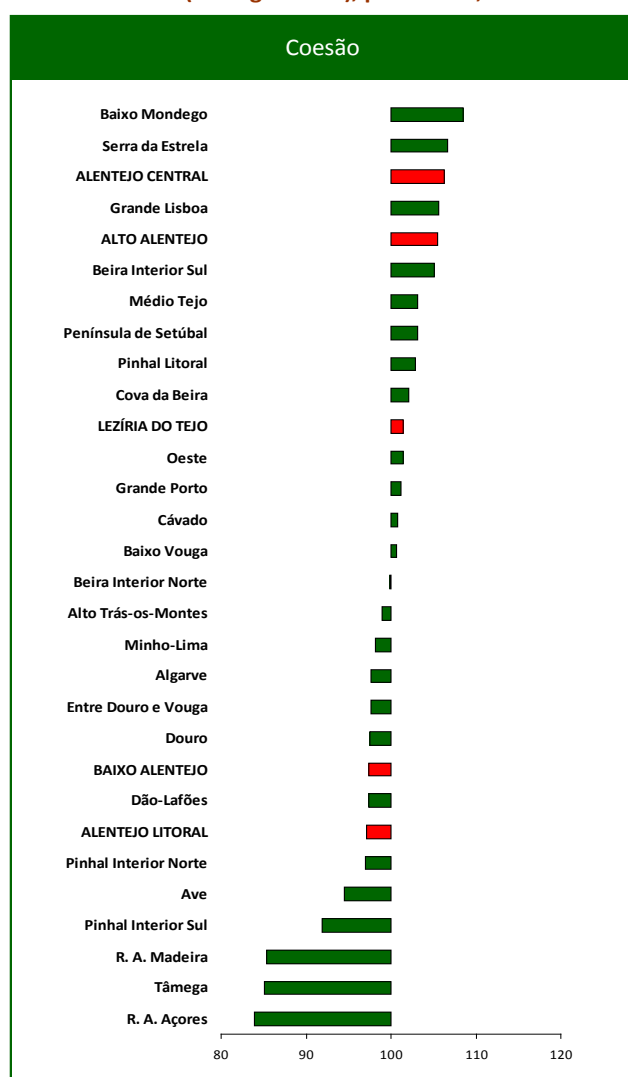
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Portugal = 100), por NUT II, 2009



O desempenho das sub-regiões - Componente Coesão

Na coesão, o País surge com uma imagem equilibrada, com divisão a meio no total das 30 sub-regiões quando as ordenamos face à média nacional. Nos desempenhos menos favoráveis inclui-se o Alentejo Litoral, posicionado no grupo das 10 sub-regiões com menores valores neste índice.

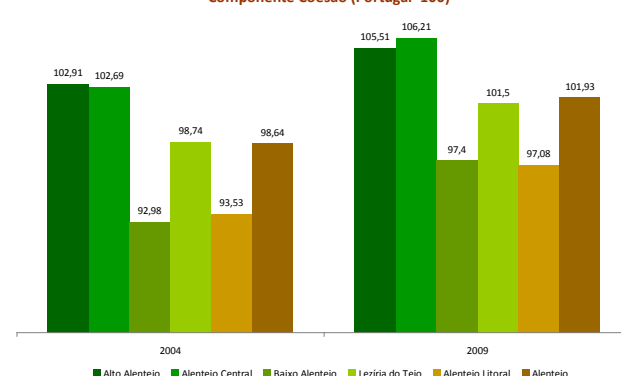
Coesão (Portugal = 100), por NUT III, 2009



O Alentejo Central é a sub-região que melhor qualidade de vida apresenta a nível nacional e entre as sub-regiões alentejanas, ocupando a 3ª melhor posição, só superada pelo Baixo Mondego e a Serra da Estrela, as que apresentam melhores níveis deste indicador e portanto, oferecem melhores condições de vida às populações. A Lezíria do Tejo também apresenta valores acima da média nacional o que revela que nesta sub-região as condições médias de vida são melhores que as existentes para a média de Portugal.

O Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral apresentam os valores menos favoráveis do Alentejo, mas próximos da média nacional.

O índice de coesão revela evolução positiva no Alentejo e em todas as suas sub-regiões, com destaque para o Baixo Alentejo que evolui no sentido de superar a média nacional.

ISDR – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
Componente Coesão (Portugal=100)

Componente Competitividade

A avaliação da componente competitividade ao nível das NUT III nacionais mostra que apenas quatro sub-regiões apresentam valores acima da média nacional, revelando um maior dinamismo económico. Por ordem de posicionamento surgem Grande Lisboa, claramente destacada, Grande Porto, Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga, esta última já com valor próximo da média nacional.

Comparativamente com as restantes componentes do ISDR, a competitividade é aquela em que as regiões e sub-regiões nacionais apresentam valores mais baixos, tendência que é acompanhada também pela região do Alentejo.

Competitividade (Portugal = 100), por NUT III, 2009

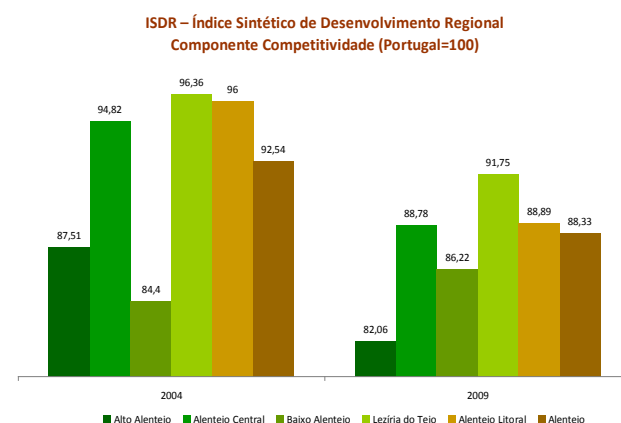


O desempenho no índice de competitividade mostra que das 30 sub-regiões portuguesas apenas quatro apresentavam um índice superior à média nacional (Grande Lisboa, Grande Porto, Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga).

São sub-regiões do litoral que apresentam os valores superiores e, no lado oposto, os menores resultados foram registados no interior do país (Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul, Alto Trás-os-Montes e Alto Alentejo). Com a excepção do Alentejo Litoral, registam-se desempenhos mais favoráveis nos territórios metropolitanos e no litoral, em contrastes com o restante território nacional.

A disparidade das NUT III do Alentejo face ao país revela que em 2009 nenhuma delas apresenta valores acima da média nacional. A melhor posição no ranking nacional pertence à Lezíria do Tejo, sendo a sub-região do Alentejo com melhor nível de criação de riqueza e dinâmica económica, embora abaixo da média nacional.

Esta é a componente do ISDR em que o Alentejo apresenta a situação menos favorável, quer em termos gerais regionais, quer em termos sub-regionais, com índices de competitividade entre os 82 (Alto Alentejo) e os 92 (Lezíria do Tejo).

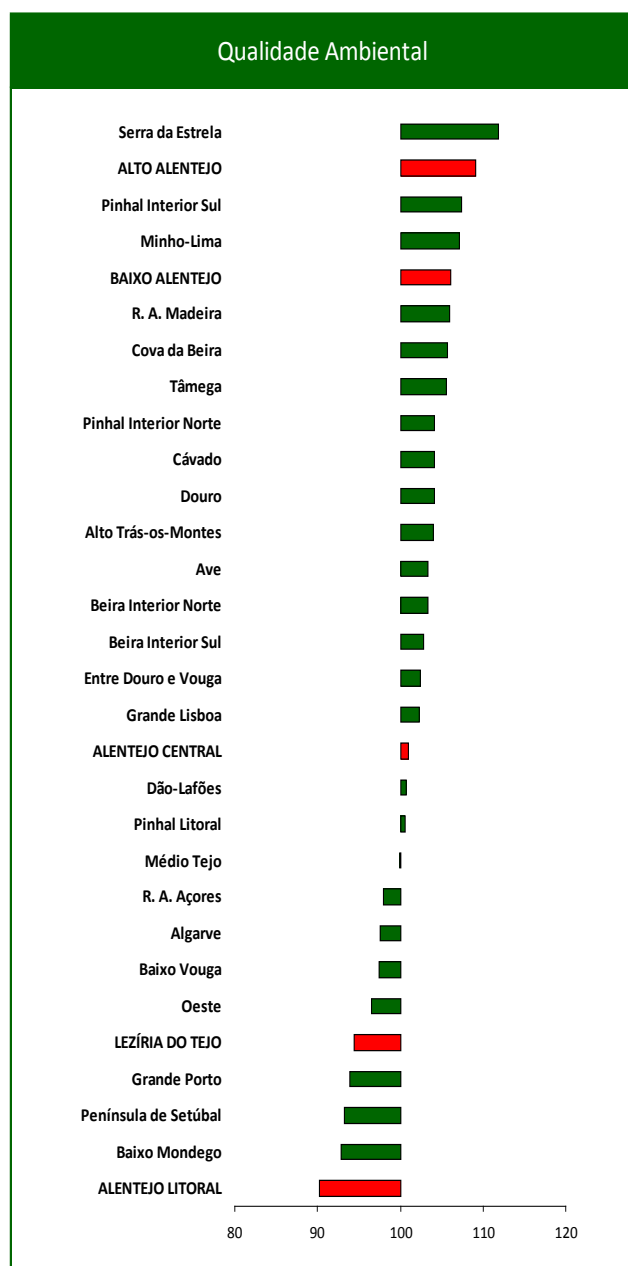


Se analisarmos as taxas de variação, concluímos que no caso do índice de competitividade apenas as regiões do Norte e de Lisboa melhoraram o desempenho e nas sub-regiões do Alentejo a variação é negativa, nomeadamente no Alentejo Litoral, sub-região que se afasta mais do valor médio nacional.

Componente Qualidade Ambiental

Na qualidade ambiental, os dados de 2009 mostram um país mais equilibrado e em posicionamento relativo invertido das sub-regiões face ao revelado na competitividade, com as regiões do litoral a apresentarem menor qualidade ambiental. Assim, e com a exceção do Alentejo Litoral, as sub-regiões com menor qualidade ambiental são as mais competitivas. No Alentejo o contraste é evidente e traduz-se em posições relativas nas 30 sub-regiões do Alto Alentejo em segundo lugar e do Alentejo Litoral na última posição e com o valor menos favorável.

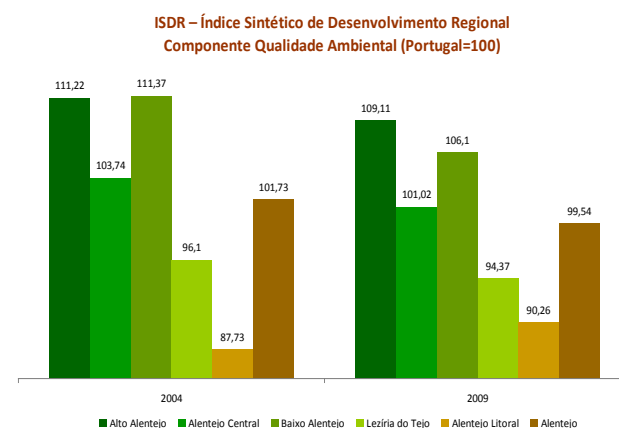
Qualidade Ambiental (Portugal = 100), por NUT III, 2009



Comparativamente com as restantes NUT III nacionais o Alto Alentejo destaca-se pela positiva, ocupando a segunda posição nacional, superado apenas pela Serra da Estrela. Posicionado três lugares abaixo, o Baixo Alentejo apresenta também um bom nível de qualidade ambiental, entre os cinco melhores do país.

O Alentejo Central situa-se entre as sub-regiões com valor positivo deste indicador compósito, garantindo assim uma qualidade ambiental superior à média do país. Com mais baixos valores do índice da componente qualidade ambiental encontram-se as sub-regiões da Lezíria do Tejo e do Alentejo Litoral.

A qualidade do ambiente vivido nas sub-regiões é o que se analisa com esta componente e, esta é a componente em que o Alentejo mostra melhores níveis sobretudo pelo valor atingido em algumas sub-regiões (Alto Alentejo e Baixo Alentejo). Além destas duas sub-regiões, em que a qualidade ambiental é mais elevada no Alentejo, também o Alentejo Central regista valores ligeiramente acima da média nacional e a Região ronda os valores médios do país.

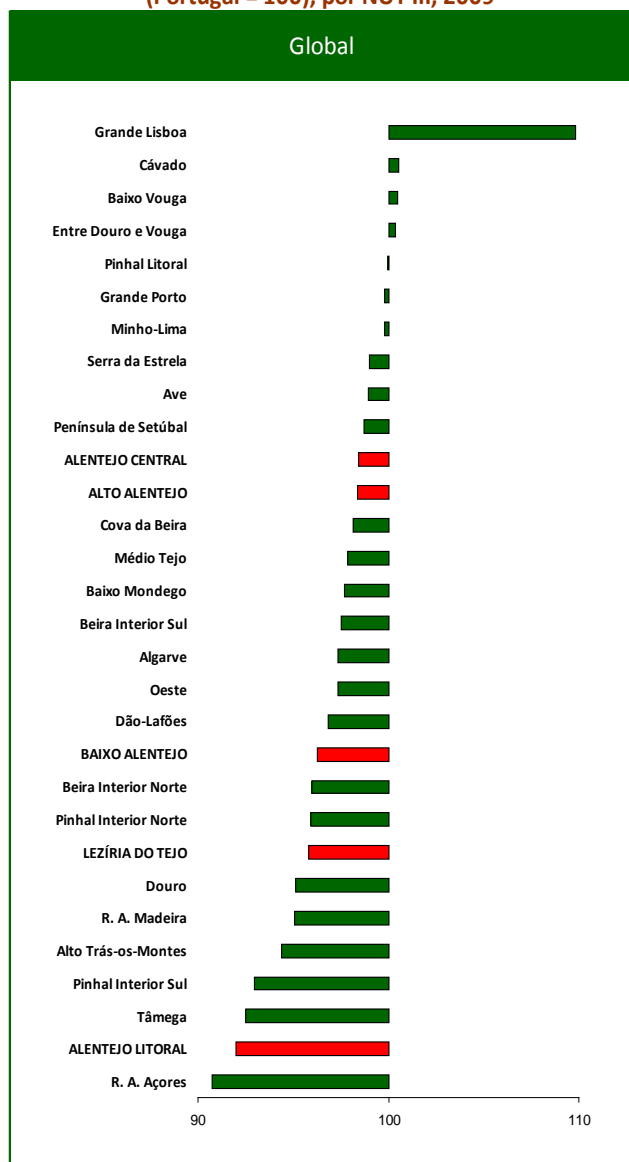


Para as sub-regiões do Alentejo e analisando as taxas de variação de desempenho, concluímos que no caso da qualidade ambiental, apenas o Alentejo Litoral melhorou o posicionamento perante a média nacional, apesar de continuar abaixo do valor médio do país e apresentar o menor valor das sub-regiões do Alentejo.

Índice Global de Desenvolvimento Regional

O índice global de desenvolvimento regional, resultante do comportamento conjunto das 3 componentes, revela que 4 das 30 sub-regiões superavam a média nacional e no extremo oposto surgem 3 sub-regiões do Alentejo nas últimas 15 do país, com o Alentejo Litoral a evidenciar o menor desempenho.

**Índice Global de Desenvolvimento Regional
(Portugal = 100), por NUT III, 2009**



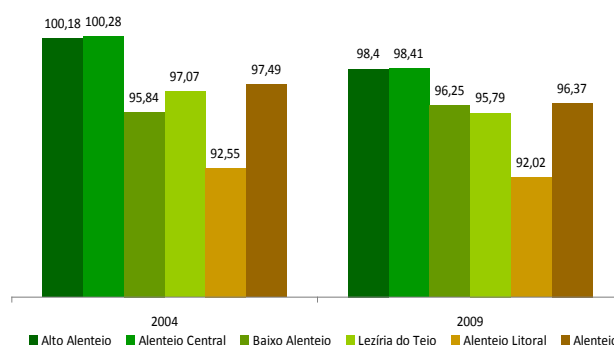
Em 2009, a Grande Lisboa era a única sub-região acima da média em todos os índices que constituem o ISDR, sendo o Alentejo Litoral e o Algarve as únicas sub-regiões que se situavam abaixo da média em todos os índices.

Entre outros aspectos relacionados com a complexidade da construção dos índices e das diversas componentes que incorporam, estamos perante uma evidente falta de homogeneidade entre as várias sub-regiões.

No índice global de desenvolvimento regional, das 30 sub-regiões portuguesas apenas quatro se posicionam acima da média nacional (Grande Lisboa, Cávado, Baixo Vouga, Entre Douro e Vouga) e as sub-regiões do Alentejo situam-se abaixo da média nacional.

Todas as sub-regiões do Alentejo apresentam valores abaixo da média nacional, com maior proximidade relativa no Alentejo Central e no Alto Alentejo, devido aos comportamentos mais favoráveis verificados nas componentes qualidade ambiental e coesão.

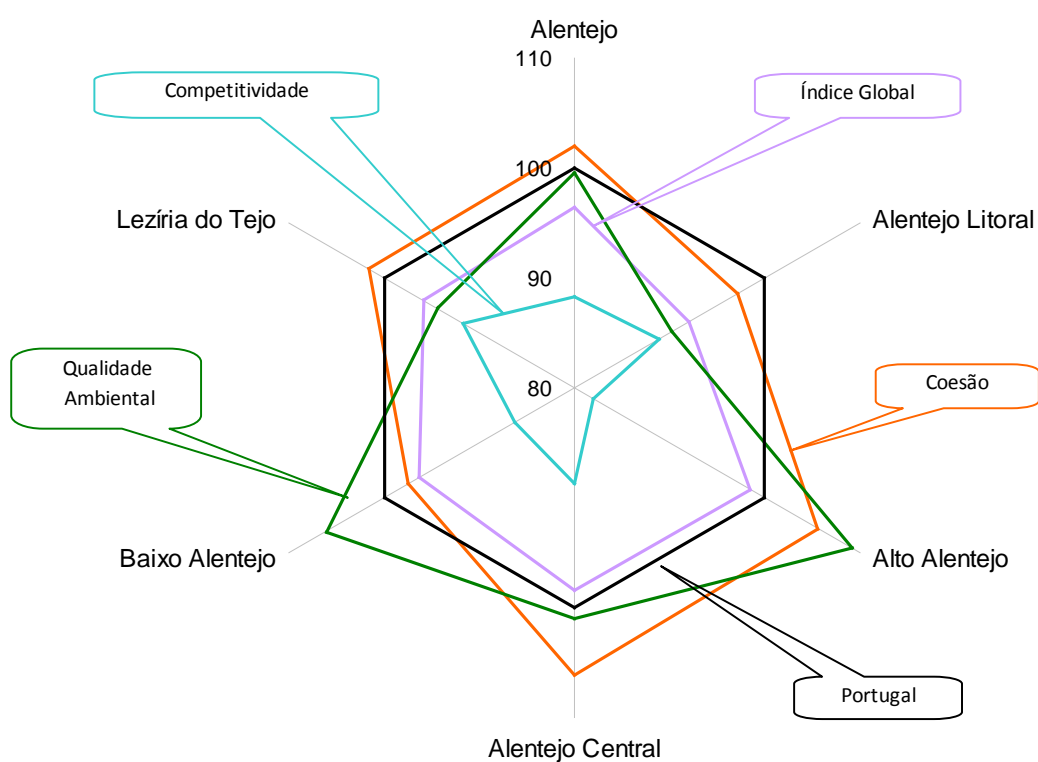
**ISDR – Índice Global de Desenvolvimento Regional
(Portugal=100)**



Na evolução do ISDR, entre 2004 e 2009, há a assinalar que é o Baixo Alentejo que apresenta melhores níveis de convergência a nível do índice global, mercê da aproximação aos valores médios nacionais nas componentes coesão e competitividade. Com desempenho menos favorável, o Alentejo Litoral revela níveis inferiores em todas as componentes analisadas, nunca superando a média do país.

Para concluir esta análise das dinâmicas regionais, resumimos no gráfico seguinte o desempenho do Alentejo e das suas sub-regiões no índice global e nas respectivas componentes, comparativamente com o valor de referência para Portugal.

ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 2009



Podemos afirmar que no Alentejo o nível de coesão supera o registado para a média nacional, enquanto a competitividade se revela inferior aos valores nacionais, tanto a nível regional como sub-regional. Os dados relativos a 2009 mostram o Alto Alentejo com melhor qualidade ambiental, o Alentejo Central mais coeso e a Lezíria do Tejo comparativamente mais competitiva, embora com valores inferiores à média nacional ■

Barragem de Alqueva



Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Resultados em 30-09-2012

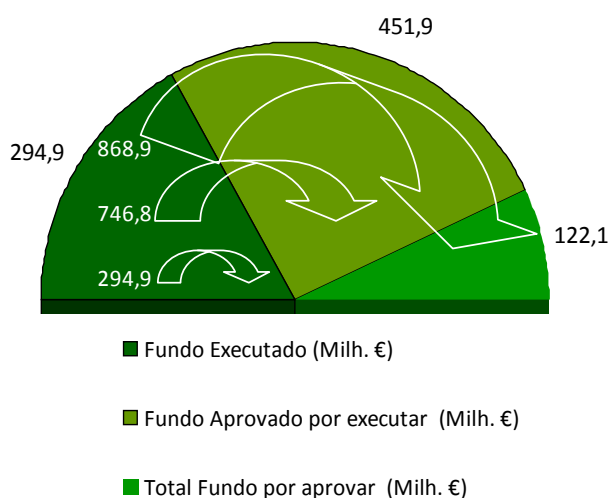
No trimestre compreendido entre Junho e Setembro de 2012 registam-se melhorias consideráveis nos indicadores financeiros do INALENTEJO, patentes no valor próximo dos 750 milhões de euros de fundo comunitário aprovado, o que representa um compromisso de financiamento de cerca de 86% dos apoios comunitários ao desenvolvimento regional. Naquele trimestre, registou-se um aumento de cerca de 3% no montante do fundo aprovado referente a operações integradas no *Programa Operacional do Alentejo*.

Valores do Fundo Comunitário Set - 2012 vs. Jun 2012

Valores do Fundo Comunitário	Set-12	Jun-12	Varição
Dotação do fundo	868,94	868,94	0
Fundo Aprovado	746,8	725,29	2,9
Fundo Executado	294,9	257,65	14,5

Fonte: INALENTEJO 06-07-2012

Mas a principal melhoria que é possível identificar no acompanhamento financeiro do INALENTEJO, dirige-se directamente aos montantes do fundo comunitário executado que foram comprovadamente aplicados nas operações aprovadas e que, num período de crise, em que se verificou uma contracção geral do investimento, registaram um aumento de 14,5%. Na verdade, em Setembro último, os montantes acumulados de fundo executado ficaram próximos dos 300 milhões de euros, o que corresponde a uma execução de cerca de 1/3 da dotação do fundo comunitário previsto para o Alentejo.



Ao proceder-se à análise por eixo, verifica-se que o *Eixo prioritário 9, Coesão Local e Urbana* continua a ser o des-

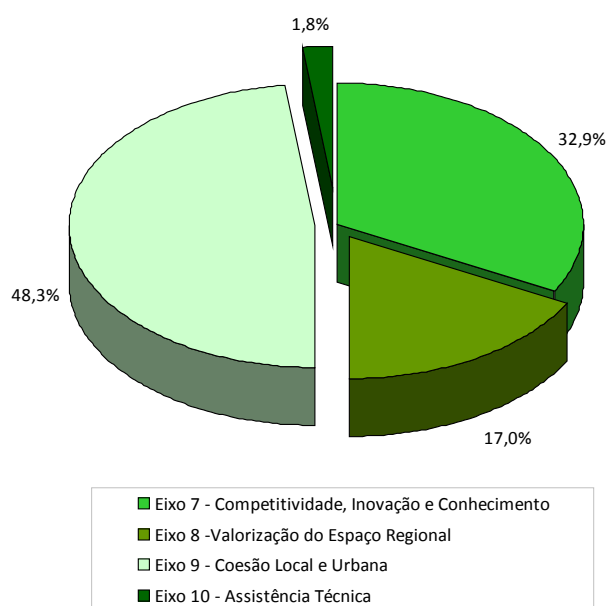
tinatário principal do fundo comunitário na região, dado que contempla a maior dotação de investimento elegível, de FEDER aprovado e executado. Este Eixo é responsável por cerca de 55% do fundo comunitário executado no âmbito do INALENTEJO.

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por Eixo - Set - 2012

Eixo Prioritário	Aprovação				Execução	
	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.035,1	746,8	100,0	100,0	294,9	100,0
Eixo 7 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	395,3	245,4	38,2	32,9	74,7	25,3
Eixo 8 - Valorização do Espaço Regional	165,9	127,3	16,0	17,0	49,9	16,9
Eixo 9 - Coesão Local e Urbana	457,9	360,5	44,2	48,3	161,8	54,9
Eixo 10 - Assistência Técnica	16,1	13,7	1,6	1,8	8,6	2,9

Fonte: INALENTEJO

Fundo Aprovado por Eixos prioritários



Os incentivos à actividade produtiva, enquadrados no âmbito do *Eixo 7, Competitividade, Inovação e conhecimento*, no seu conjunto, aparecem em segundo lugar, com montantes próximos de 1/3 do investimento elegível e do fundo comunitário aprovado, mas que pouco ultrapassam os 25% da execução financeira total do PO regional, apesar do crescimento de 22,8% que se verificou ao nível deste indicador financeiro, no último trimestre.

O *Eixo 8, Valorização do espaço regional*, registou também um aumento muito significativo na execução do fundo, que, no

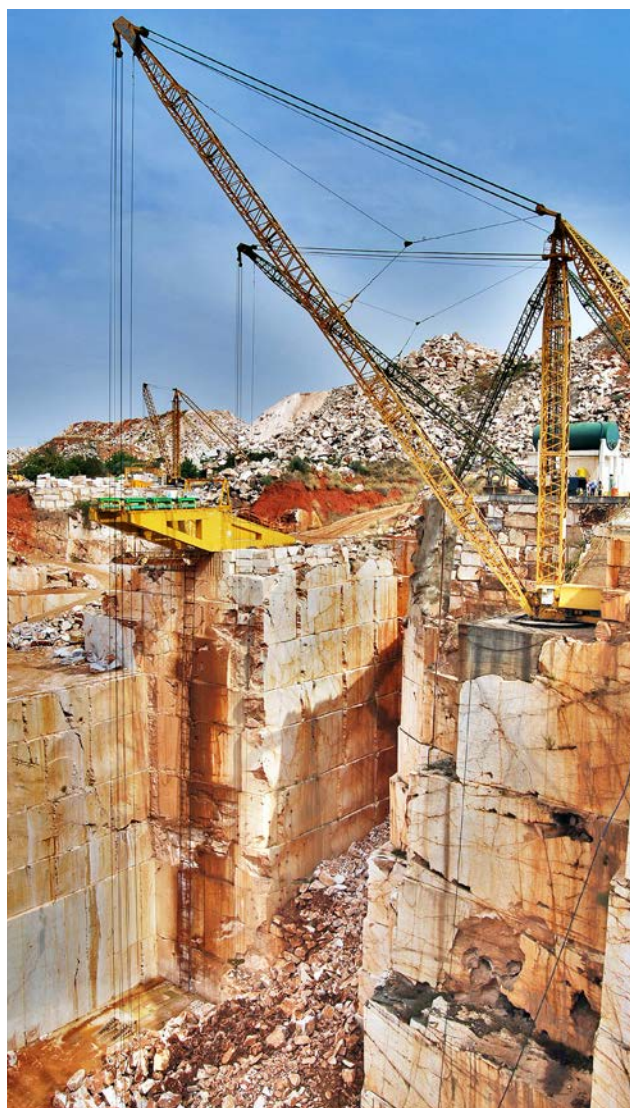
último trimestre, superou os 21%, apesar da ligeira redução que se verificou no investimento elegível aprovado neste eixo.

Investimento elegível e Fundo aprovados e executados, Variação % no Trimestre - Set - 2012 vs. Jun - 2012

Eixo Prioritário	Variação no trimestre		
	Aprovação		Execução
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	%	%	%
Total Programa Operacional	-0,4	2,9	14,5
Eixo 7 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	0,0	2,1	22,8
Eixo 8 - Valorização do Espaço Regional	-2,2	5,0	21,6
Eixo 9 - Coesão Local e Urbana	0,0	3,0	9,7
Eixo 10 - Assistência Técnica	-0,6	-0,9	3,1

Fonte: INALENTEJO

Fabrimar



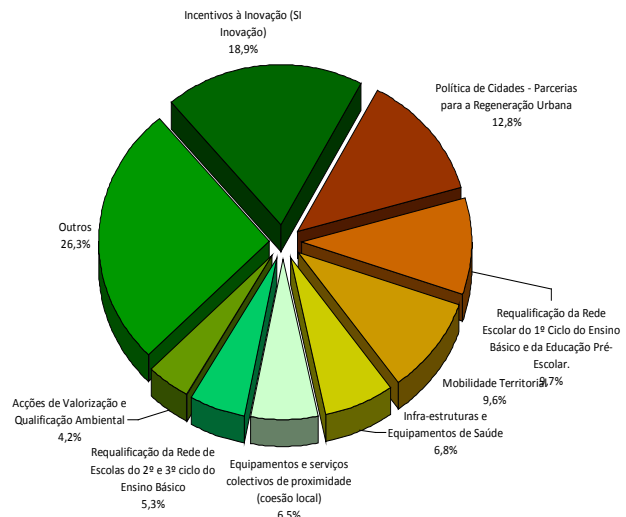
Nos últimos tempos, a crise económica provocou uma maior preocupação na aplicação dos apoios comunitários em operações dirigidas à actividade produtiva, como forma de patrocinar o crescimento económico e a consequente criação líquida de postos de trabalho. É neste contexto que se enquadra a maior afectação de FEDER a operações integradas na tipologia de Incentivos à Inovação, o que reflecte uma aprovação de cerca de 20% de fundo comunitário nesta tipologia de incentivos, no final do trimestre.

Investimento aprovado e Fundo aprovado e Executado, por tipologia de operação Set - 2012

Tipologia da Operação	Aprovação		Execução
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	Milh. euro
Total Programa Operacional	1.035,1	746,8	294,9
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	246,5	141,1	39,7
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	123,5	95,7	41,6
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	87,2	72,3	40,2
Mobilidade Territorial	89,5	72,0	47,2
Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	65,9	50,6	21,5
Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	62,7	48,2	14,3
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	46,6	39,3	4,3
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	41,6	31,4	12,8
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	28,9	21,5	4,0
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	24,0	20,1	9,6
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	38,4	18,0	4,4
Valorização e Animação do Património Cultural	22,3	17,7	5,5
Apoio à Modernização Administrativa	20,6	16,4	7,0
Acções de Assistência Técnica	16,1	13,7	8,6
Promoção e Capacitação Institucional	16,9	13,2	4,9
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	12,0	10,1	3,4
Iniciativa Comunitária Jessica	17,7	10,0	10,0
Energia	9,8	7,7	1,5
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7,7	6,5	3,0
Outros	57,2	41,4	11,6

Fonte: INALENTEJO 06-07-2012

Fundo aprovado por principais tipologias de operação - Set - 2012



Com valores percentuais de FEDER aprovado superiores a um dígito, aparecem também a Política de cidades, com 13%, a *Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar*, e a *Mobilidade Territorial*, com a responsabilidade de cerca de 10% em cada tipologia.

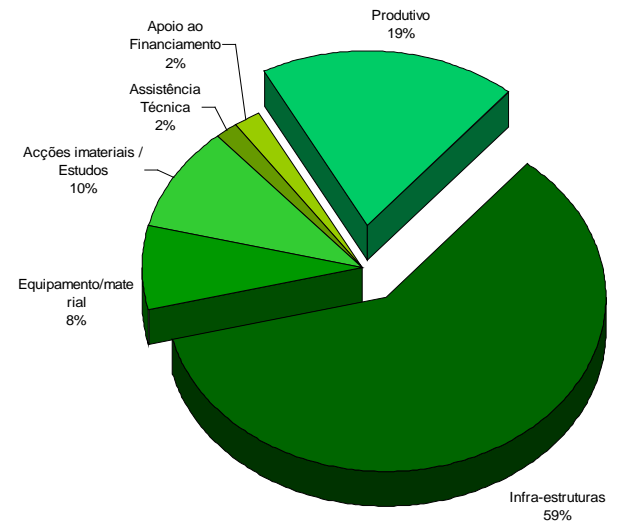
Tendo em conta o conjunto das tipologias das operações com maior significado de fundo aprovado, é possível verificar que os valores do FEDER afecto a investimento produtivo (SI Inovação + SI Qualificação de PME) representam cerca de 21,3% do total do fundo comunitário aprovado. Este valor reflecte a dificuldade que existe no tecido económico regional em aderir a actividades produtivas.

Neste contexto, no que concerne à natureza do investimento, verifica-se que a preponderância continua a ser largamente assumida pelo investimento em infra-estruturas, que absorve perto de 2/3 (65,3%) do fundo comunitário executado na região, o que corresponde a cerca de 448,4 milhões de euros de fundo comunitário aprovado, afecto a operações no âmbito daquele fundo no Alentejo. Com menor importância aparecem também os montantes dirigidos ao *apoio ao financiamento* que não atingem os 2% das aprovações do fundo comunitário, valores bastante inferiores aos destinados a *acções imateriais* e estudos que são responsáveis por cerca de 10% do fundo comunitário aprovado.

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por natureza do investimento - Set - 2012

Natureza do investimento	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.035,1	746,8	100,0	100,0	294,9	100,0
Infra-estruturas	564,8	448,4	54,6	60,0	192,5	65,3
Equipamento/material	74,9	57,2	7,2	7,7	22,8	7,7
Acções imateriais / Estudos	110,9	73,1	10,7	9,8	20,6	7,0
Assistência Técnica	15,6	13,3	1,5	1,8	8,2	2,8
Apoio ao Financiamento	22,4	13,7	2,2	1,8	11,1	3,8
Produtivo	246,5	141,1	23,8	18,9	39,7	13,4

Fundo aprovado, por natureza do investimento Set - 2012



A Taxa de Realização, indicador que relaciona o valor do fundo validado com o valor do fundo aprovado, no âmbito do INALENTEJO, tem vindo a aumentar, apresentando uma percentagem que no final de Setembro se aproxima dos 40%.

Investimento elegível, Fundo aprovado, Fundo executado e Taxa de realização por NUT III - Set - 2012

NUTS III	Investimento elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Validado	Taxa de Realização(1)
	Milh. euro	Milh. euro	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.035,1	746,8	294,9	39,5
Alentejo Litoral	148,3	88,7	25,5	28,8
Alto Alentejo	189,4	139,9	56,0	40,1
Alentejo Central	274,8	197,6	65,3	33,1
Baixo Alentejo	149,9	116,1	55,5	47,8
Lezíria do Tejo	153,2	116,3	48,9	42,0

Fonte: INALENTEJO
(1) - Fundo validado / Fundo aprovado (%)

Programa Operacional Regional INALENTEJO

Investimentos em destaque

Beneficiário:

Município de Fronteira

Código da Operação:

ALENT-09-0141-FEDER-000175

Designação da Operação:

Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros

Concelho (Localização Física da Operação):

Fronteira

Regulamento:

Reabilitação Urbana

Investimento Elegível Aprovado:

2.250.089,67 euros

FEDER Aprovado:

1.699.492,73 euros

Descrição:

A operação "Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros", consubstanciada nas empreitadas de Construção do Centro de Interpretação, Arranjos Exteriores do Centro de Interpretação e no fornecimento de Equipamento Multimédia. A intervenção surge na sequência da reconversão de uma antiga escola existente no núcleo central da vila, num Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, enquadrado numa estratégia de consolidação de uma rede europeia de campos de batalha e na reconversão de espaço urbano desqualificado em espaço público verde. O Centro de Interpretação, com uma área bruta estimada de 550m², disporá de quatro núcleos expositivos, uma sala para exposições temporárias, uma sala de arrumos/arquivos, instalações sanitárias e uma cafeteria/loja. No que se refere ao equipamento multimédia será utilizada uma plataforma integrada (imagens, luz, som e interactividade). No contexto exterior do CI e com a concretização da intervenção paisagística prevista, será recriado o contexto da Batalha dos Atoleiros. Nesta intervenção exterior está ainda prevista a colocação de um conjunto de mobiliário urbano (bancos, frades e cestos de papéis).



Beneficiário:**Avizacqua Team Center – Actividades Hoteleiras Lda****Código da Operação:****ALENT-07-0403-FEDER-000664****Designação da Operação:****Criação de Hotel e Centro Internacional de Estágio****Concelho (Localização Física da Operação):****Portalegre - Avis****Regulamento:**

Sistema de Incentivos à Inovação – Portaria 1103/2010 de 25/10 – Republicação do Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, anexo à Portaria nº 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria nº 353-C/2009, de 3 de Abril.

Investimento Elegível Aprovado:**2.863.442,22 euros****FEDER Aprovado:****1.574.893,22 euros****Descrição:**

O presente projecto de investimento diz respeito à criação de um Hotel de 4 estrelas, localizado na Herdade da Cortesia, em Avis, Distrito de Portalegre.

A Unidade Hoteleira irá localizar-se num terreno com uma área de 471,870 m2 junto da Barragem do Maranhão com uma capacidade de alojamento de 60 camas.

O projecto surgiu da identificação do potencial de atracção de turistas e atletas à Vila de Avis e à Albufeira da Barragem do Maranhão, pelo seu potencial para satisfazer as necessidades do turismo de lazer, de empresa e desporto. Na verdade, mesmo sabendo que as infra-estruturas hoteleiras ainda não estavam criadas, houve interesse imediato por parte de algumas selecções olímpicas em experimentar as capacidades da Vila de Avis e da Barragem do Maranhão como centro de treino, em alternativa a Sevilha.

O referido interesse traduziu-se em dois estágios da selecção olímpica da Dinamarca no ano de 2005, com a duração de doze dias cada, num total de 55 hóspedes que esgotaram por completo a fraca capacidade hoteleira local.

A qualidade da albufeira do Maranhão, e o bom serviço prestado, levaram a mais dois estágios no ano de 2006 por parte da mesma selecção da Dinamarca, a um do London Regatta Center e a outro da Universidade escocesa de St. Andrews.

Então, a taxa de ocupação na oferta hoteleira local ultrapassou os 100%, obrigando os clientes a procurar resposta à satisfação das suas necessidades fora da Vila e alguma distância albufeira.

Esta situação forçou a implementação deste projecto que, desde o início da sua criação, está fortemente vocacionado para o turismo de lazer e desportivo.



Beneficiário:**Fundação Frédéric Velge****Código da Operação:****ALENT-07-0725-FEDER-000538****Designação da Operação:****Mina de Ciência - Centro Ciência Viva do Lousal: Inovação, Desenvolvimento e Divulgação****Concelho (Localização Física da Operação):****Grândola****Regulamento:****Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento****Investimento Elegível Aprovado:****472.721,05 euros****FEDER Aprovado:****283.632,63 euros****Descrição:**

A presente candidatura consiste num conjunto diversificado de acções de promoção/divulgação científica e tecnológica, que fazem parte programação do Centro Ciência Viva do Lousal. Estamos perante acções de divulgação e promoção científica e tecnológica (incluindo a vertente ambiental) e produção de recursos e conteúdos para esse efeito (por via da criação de contextos adequados de colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias, escolas e outras instituições da sociedade civil).

Na referida programação incluem-se vídeos, jogos e conteúdos multimédia nas áreas das geociências, química, biologia; módulos "hands on" destinados a divulgação científica no exterior do CCV Lousal, visando actividades de aprendizagem em diversas áreas científicas privilegiando um contacto interactivo; Trajectos geológico-mineiros pela corta da antiga mina do Lousal, como forma de divulgação do património geológico-mineiro da antiga mina do Lousal, disponibilizando um percurso pedestre, com sinalização dos pontos de interesse com painéis informativos; Conferências de Divulgação científica e actividades experimentais e de demonstração com participação de instituições científicas que colaboram com o Centro

Ciência Viva do Lousal. Adicionalmente está previsto o desenvolvimento da Plataforma computacional CAVE – Hollowspace (Cave Automatic Virtual Environment) - uma infra-estrutura de visualização e interacção que consiste num sistema de realidade virtual imersivo, baseada em grandes superfícies de projecção, proporcionando um ambiente 3D virtual com um grande ângulo de visão, controlada interactivamente em função da posição e orientação do utilizador. O jogo sério em questão - "Tróia e Mina de Caveira no Período Romano", pretende recriar o complexo romano de Tróia e a mina de Caveira através da reconstrução em 3D dos cenários e personagens da época num ambiente interactivo.



Beneficiário:

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Código da Operação:

ALENT-08-0347-FEDER-0000062

Designação da Operação:

Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco –
Castelo de Vide

Concelho (Localização Física da Operação):

Castelo de Vide

Regulamento:

Património Cultural

Investimento Elegível Aprovado:

142.398,00 euros

FEDER Aprovado:

78.318,90 euros

Descrição:

Recuperação da Igreja com a finalidade de proceder à inventariação, levantamento arquitectónico do conjunto edificado, bem como a obras de restauro do Altar-Mor, a Escavação Arqueológica do pavimento ao restauro da Pintura Mural.



